

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	102
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	176.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>176.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	3.081.597	2.894.288
1.01	Ativo Circulante	794.289	802.173
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.163	36.108
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa	2.163	36.108
1.01.03	Contas a Receber	67.718	95.394
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	67.718	95.394
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	52	185
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	67.447	95.157
1.01.03.02.03	Outros créditos	219	52
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.844	8.613
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.844	8.613
1.01.07	Despesas Antecipadas	59	93
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	59	93
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	712.505	661.965
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	712.505	661.965
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	712.505	661.965
1.02	Ativo Não Circulante	2.287.308	2.092.115
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.744	89.605
1.02.01.03	Contas a Receber	162	162
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	162	162
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	25.582	89.443
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	25.582	89.443
1.02.02	Investimentos	2.096.957	1.839.241
1.02.02.01	Participações Societárias	2.096.957	1.839.241
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.096.957	1.839.241
1.02.03	Imobilizado	10.166	10.386
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.166	10.386
1.02.04	Intangível	154.441	152.883
1.02.04.01	Intangíveis	154.441	152.883

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	3.081.597	2.894.288
2.01	Passivo Circulante	621.906	221.729
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.368	1.433
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.368	1.433
2.01.02	Fornecedores	1.326	1.466
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.326	1.466
2.01.03	Obrigações Fiscais	234	440
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.938	81.708
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	72.518	68.737
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	72.518	68.737
2.01.04.02	Debêntures	88.420	12.937
2.01.04.02.01	Debêntures	88.420	12.937
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	34
2.01.05	Outras Obrigações	457.040	136.682
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	45.179	31.795
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	45.179	31.795
2.01.05.02	Outros	411.861	104.887
2.01.05.02.05	Outros débitos	5.632	7.501
2.01.05.02.06	Operações descontinuadas	243.625	97.386
2.01.05.02.07	Notas promissórias	162.604	0
2.02	Passivo Não Circulante	685.461	710.715
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	680.616	707.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.387	13.776
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	10.387	13.776
2.02.01.02	Debêntures	670.229	693.240
2.02.01.02.01	Debêntures	670.229	693.240
2.02.02	Outras Obrigações	3.250	3.250
2.02.02.02	Outros	3.250	3.250
2.02.02.02.03	Contrato de aquisição de ativos	3.250	3.250
2.02.04	Provisões	1.595	449
2.02.04.02	Outras Provisões	1.595	449
2.02.04.02.04	Provisões sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias	1.595	449
2.03	Patrimônio Líquido	1.774.230	1.961.844
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-297.367	-14.142
2.03.02.07	Reservas de capital	-297.367	-14.142
2.03.03	Reservas de Reavaliação	143.422	160.104
2.03.04	Reservas de Lucros	734.909	580.723
2.03.04.01	Reserva Legal	34.047	28.491
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	480.971	480.971
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	219.891	71.261
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	394.243	420.632
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-43.956	-28.452

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	32.843	225.962	20.696	66.316
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.832	-27.565	-9.816	-29.195
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.334	-9.877	-4.349	-11.723
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.800	-7.292	-2.496	-7.736
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.886	-7.944	-2.179	-7.443
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-128	-396	-132	-391
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-684	-2.056	-660	-1.902
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17.050	33.332	3.286	6.984
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.625	220.195	27.226	88.527
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.843	225.962	20.696	66.316
3.06	Resultado Financeiro	-34.173	-114.847	-16.146	-66.144
3.06.01	Receitas Financeiras	1.658	6.272	6.825	12.416
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.831	-121.119	-22.971	-78.560
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.330	111.115	4.550	172
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.330	111.115	4.550	172
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.330	111.115	4.550	172
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00756	0,63134	0,02585	0,00098
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00000	0,00000	0,02580	0,00098

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.330	111.115	4.550	172
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.298	27.567	10.800	150
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.157	16.682	5.881	19.535
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	10.862	26.389	7.762	23.288
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-6.721	-15.504	-2.843	-42.673
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.968	138.682	15.350	322

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.810	8.175
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.299	-19.596
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	111.115	172
6.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	396	391
6.01.01.03	Amortização do Intangível	262	108
6.01.01.04	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	4	0
6.01.01.05	Amortização do Ágio sobre Investimentos	1.794	1.794
6.01.01.06	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	100.700	71.196
6.01.01.07	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	625	-5.418
6.01.01.08	Pagamento Baseado em Ações	0	688
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	-220.195	-88.527
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.511	27.771
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-3.231	-852
6.01.02.03	Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	0	28.441
6.01.02.04	Fornecedores	-140	1.507
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	935	605
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	-206	-2.345
6.01.02.07	Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	-1.869	415
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-186.338	-143.132
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-352.573	-273.513
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	191.417	141.877
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-174	-181
6.02.04	Adições ao Intangível	-25.008	-11.315
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	162.203	207.859
6.03.02	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-13.986	-93.413
6.03.03	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	63.454	24.943
6.03.04	Juros Pagos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-2.830	-2.682
6.03.05	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	206	4.265
6.03.06	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	536.724	31.980
6.03.07	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-385.305	-47.929
6.03.08	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-36.060	-39.305
6.03.09	Integralização de capital em dinheiro	0	330.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.945	72.902
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	36.108	39.553
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.163	112.455

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	580.723	0	552.284	1.961.844
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-4.954	0	0	0	-4.954
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-19.096	580.723	0	552.284	1.956.890
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-278.271	0	0	0	-278.271
5.04.09	Perda no aumento de participações	0	-278.271	0	0	0	-278.271
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.115	-15.504	95.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.115	0	111.115
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-15.504	-15.504
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	154.186	-111.115	-43.071	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	43.071	-43.071	0
5.06.05	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	154.186	-154.186	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-297.367	734.909	0	493.709	1.774.230

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	330.000	-21.918	0	0	0	308.082
5.04.01	Aumentos de Capital	330.000	0	0	0	0	330.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	688	0	0	0	688
5.04.08	Ágio em transações de capital	0	-22.606	0	0	0	-22.606
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	172	-42.673	-42.501
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	172	0	172
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-42.673	-42.673
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-42.673	-42.673
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.995	-172	-42.823	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	42.995	-42.995	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	19.535	-19.535	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	23.288	-23.288	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-14.141	728.960	0	551.505	2.109.303

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	77.591	49.807
7.01.02	Outras Receitas	77.591	49.807
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	43.071	42.823
7.01.02.02	Outras Receitas	34.520	6.984
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.674	-11.214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.486	-11.214
7.02.04	Outros	-1.188	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	66.917	38.593
7.04	Retenções	-2.452	-2.293
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.452	-2.293
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	64.465	36.300
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	226.467	100.943
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	220.195	88.527
7.06.02	Receitas Financeiras	6.272	12.416
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	290.932	137.243
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	290.932	137.243
7.08.01	Pessoal	13.405	13.699
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.928	12.558
7.08.01.02	Benefícios	1.125	852
7.08.01.03	F.G.T.S.	352	289
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.876	1.525
7.08.02.01	Federais	1.831	1.480
7.08.02.02	Estaduais	4	7
7.08.02.03	Municipais	41	38
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	121.465	79.024
7.08.03.01	Juros	121.164	78.560
7.08.03.02	Aluguéis	301	464
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.186	42.995
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	154.186	42.995

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	5.703.300	4.939.438
1.01	Ativo Circulante	595.521	207.723
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	252.020	50.668
1.01.03	Contas a Receber	301.242	139.271
1.01.03.01	Clientes	301.242	59.237
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	80.034
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas	0	80.034
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.751	10.126
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.751	10.126
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.483	1.651
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	9.483	1.651
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.025	6.007
1.01.08.03	Outros	15.025	6.007
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	13.553	4.972
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.472	1.035
1.02	Ativo Não Circulante	5.107.779	4.731.715
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.922.150	2.044.087
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74	74
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	74	74
1.02.01.03	Contas a Receber	38.854	0
1.02.01.03.01	Clientes	38.854	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.686	13.500
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.686	13.500
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.170	0
1.02.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	4.170	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	33.261	102.117
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	33.261	102.117
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.834.105	1.928.396
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.826.352	1.920.849
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.048	2.857
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	4.705	4.643
1.02.01.09.05	Outros Créditos	0	47
1.02.02	Investimentos	1.201.052	1.133.116
1.02.02.01	Participações Societárias	1.201.052	1.133.116
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.200.981	1.133.055
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	71	61
1.02.03	Imobilizado	75.996	63.773
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	75.996	63.773
1.02.04	Intangível	1.908.581	1.490.739
1.02.04.01	Intangíveis	1.908.581	1.490.739

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	5.703.300	4.939.438
2.01	Passivo Circulante	909.511	359.283
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.222	10.011
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.222	10.011
2.01.02	Fornecedores	37.226	27.946
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	37.226	27.946
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.386	20.501
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	589.606	268.636
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	427.520	199.804
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	427.520	199.804
2.01.04.02	Debêntures	161.753	68.798
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	333	34
2.01.05	Outras Obrigações	233.831	19.458
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.929	7.996
2.01.05.02	Outros	208.902	11.462
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36.081	109
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	524	541
2.01.05.02.05	Contratos de aquisições de ativos	0	1.000
2.01.05.02.06	Outros débitos	9.693	9.812
2.01.05.02.07	Notas promissórias	162.604	0
2.01.06	Provisões	15.240	12.731
2.01.06.02	Outras Provisões	15.240	12.731
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	15.240	12.731
2.02	Passivo Não Circulante	2.879.972	2.478.820
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.314.029	1.082.316
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	326.384	20.789
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	326.384	20.789
2.02.01.02	Debêntures	987.140	1.061.527
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	505	0
2.02.02	Outras Obrigações	13.266	16.499
2.02.02.02	Outros	13.266	16.499
2.02.02.02.03	Contratos de Aquisição de Ativos	3.250	3.250
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	935	1.843
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	8.613	10.870
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	468	536
2.02.03	Tributos Diferidos	200.461	174.310
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	200.461	174.310
2.02.04	Provisões	67.001	25.002
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.822	3.723
2.02.04.02	Outras Provisões	64.179	21.279
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	64.130	21.230
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	49	49
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	1.285.215	1.180.693
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	1.285.215	1.180.693
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.913.817	2.101.335

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-297.367	-14.142
2.03.02.07	Reservas de Capital	-297.367	-14.142
2.03.03	Reservas de Reavaliação	143.422	160.104
2.03.04	Reservas de Lucros	734.909	580.723
2.03.04.01	Reserva Legal	34.047	28.491
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	480.971	480.971
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	219.891	71.261
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	394.243	420.632
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-43.956	-28.452
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	139.587	139.491

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	505.885	1.167.199	193.475	573.739
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-353.755	-818.552	-106.644	-339.899
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-14.400	-45.160	-17.731	-46.083
3.02.02	Custo de Manutenção - IAS 37	-3.388	0	0	0
3.02.03	Custo de Construção	-269.892	-573.979	-40.940	-122.734
3.02.04	Operação Portuária	-79	-447	-690	-1.558
3.02.06	Operação de Energia	-1.718	-5.866	11.140	0
3.02.07	Custo com Pessoal	-12.572	-32.116	-8.767	-27.107
3.02.08	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-121	-481	-251	-749
3.02.10	Amortização do Intangível (Custo)	-35.188	-104.259	-27.114	-74.873
3.02.11	Amortização do Intangível (Mais Valia)	-12.681	-41.380	-17.457	-52.457
3.02.12	Obrigações da Concessão	-3.716	-14.864	-4.834	-14.338
3.03	Resultado Bruto	152.130	348.647	86.831	233.840
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.853	-48.066	-12.369	-36.324
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.447	-92.038	-27.125	-81.190
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-17.154	-41.729	-13.817	-37.425
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-3.101	-15.201	-3.719	-13.253
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-11.730	-28.131	-7.664	-24.848
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-705	-1.751	-349	-1.067
3.04.02.06	Amortização do Intangível	-3.432	-3.432	-2.803	-2.803
3.04.02.07	Amortizacao de Ágio sobre Investimentos	1.675	-1.794	1.227	-1.794
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	27.730	39.287	2.148	24.016
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.136	4.685	12.608	20.850
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	144.277	300.581	74.462	197.516
3.06	Resultado Financeiro	-57.807	-170.167	-30.127	-102.560
3.06.01	Receitas Financeiras	4.604	17.760	11.491	13.619
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.604	17.760	11.491	13.619
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.411	-187.927	-41.618	-116.179

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-62.411	-187.927	-41.618	-116.179
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	86.470	130.414	44.335	94.956
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.755	-61.619	-5.343	-31.970
3.08.01	Corrente	-9.334	-34.339	-9.161	-43.787
3.08.02	Diferido	-22.421	-27.280	3.818	11.817
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.715	68.795	38.992	62.986
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-35.035	79.127	-29.163	-47.977
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-35.035	79.127	-29.163	-47.977
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	19.680	147.922	9.829	15.009
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.330	111.115	4.550	172
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	21.010	36.807	5.279	14.837
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.330	111.115	4.550	172
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.298	27.567	10.800	150
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.157	16.682	5.881	19.535
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	10.862	26.389	7.762	23.288
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-6.721	-15.504	-2.843	-42.673
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.968	138.682	15.350	322
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-13.042	101.875	19.200	15.887
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	21.010	36.807	-3.850	-15.565

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	203.476	-23.518
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	424.927	206.772
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	111.115	172
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.280	11.817
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	2.232	1.816
6.01.01.05	Amortização do Intangível	109.486	130.133
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	953	-1.128
6.01.01.07	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	141.353	105.964
6.01.01.08	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-2.293	-545
6.01.01.09	Provisão para Contingências, líquidas de baixas e reversões	-901	659
6.01.01.10	Pagamento Baseado em Ações	0	688
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial - Participações a Comercializar	0	-5.882
6.01.01.12	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-2.257	0
6.01.01.13	Participação de Acionistas não Controladores	0	-15.565
6.01.01.16	Amortização de ágio e desagio sobre investimentos	41.379	1.794
6.01.01.17	Participação de acionistas não controladores	1.265	0
6.01.01.18	Apropriação de receitas diferidas Líquidas	0	-2.301
6.01.01.19	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.685	-20.850
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-221.451	-141.615
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-280.859	20.027
6.01.02.02	Contas a receber de empresas ligadas, operações comerciais	33.233	21.397
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-7.687	4.659
6.01.02.04	Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	-20.796	-66.472
6.01.02.05	Fornecedores	9.280	-19.921
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	0	-10.493
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	6.211	-5.277
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-223	-25.030
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	34.339	43.787
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-37.454	-63.018
6.01.02.11	Adiantamento de clientes e outras contas a pagar	42.505	-41.274
6.01.03	Outros	0	-88.675
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-632.607	-252.189
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-184.997	0
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	136.506	0
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-16.190	-29.749
6.02.04	Adições ao Intangível	-567.926	-141.167
6.02.06	Investimentos em coligadas e controladas	0	-81.273
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	630.483	346.232
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-118
6.03.02	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	60.697	20.321

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.03.03	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	1.123.901	429.272
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-485.197	-338.815
6.03.05	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-65.668	-87.079
6.03.06	Pagamentos para empresas ligadas, Operações não comerciais	-4.610	-11.200
6.03.07	Juros recebidos de empresas ligadas, Operações não Comerciais	1.360	3.851
6.03.08	Integralização de capital em dinheiro	0	330.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	201.352	70.525
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.668	54.331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	252.020	124.856

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	580.723	0	552.284	1.961.844	139.491	2.101.335
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-4.954	0	0	0	-4.954	0	-4.954
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-19.096	580.723	0	552.284	1.956.890	139.491	2.096.381
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-278.271	0	0	0	-278.271	0	-278.271
5.04.09	Perda no aumento de participação	0	-278.271	0	0	0	-278.271	0	-278.271
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.115	-15.504	95.611	96	95.707
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.115	0	111.115	96	111.211
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-15.504	-15.504	0	-15.504
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	154.186	-111.115	-43.071	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	154.186	-111.115	0	0	0	43.071
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-43.071	0	0	-43.071
5.07	Saldos Finais	842.979	-297.367	734.909	0	493.709	1.774.230	139.587	1.913.817

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722	124.683	1.968.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	39	39
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722	124.722	1.968.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	330.000	-21.918	0	0	0	308.082	-39.088	268.994
5.04.01	Aumentos de Capital	330.000	0	0	0	0	330.000	0	330.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	688	0	0	0	688	0	688
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-39.088	-39.088
5.04.08	Ágio em transações de capital	0	-22.606	0	0	0	-22.606	0	-22.606
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	172	-42.673	-42.501	-15.565	-58.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	172	0	172	-15.565	-15.393
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-42.673	-42.673	0	-42.673
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-42.673	-42.673	0	-42.673
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.995	-172	-42.823	0	12.606	12.606
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	42.995	-42.995	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	19.535	-19.535	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	23.288	0	0	0	0
5.06.05	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-23.288	0	0	0
5.06.06	Ganho por variação de participação de capital	0	0	0	0	0	0	12.606	12.606
5.07	Saldos Finais	842.979	-14.141	728.960	0	551.505	2.109.303	82.675	2.191.978

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	1.304.902	677.005
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	520.047	495.914
7.01.02	Outras Receitas	784.855	181.091
7.01.02.01	Receita de Construção	694.316	122.734
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	43.071	42.823
7.01.02.03	Outras Receitas	47.468	15.534
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-661.180	-202.921
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.455	-19.167
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-74.173	-61.020
7.02.04	Outros	-575.552	-122.734
7.02.04.02	Custos de Construção	-573.979	-122.734
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-1.573	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	643.722	474.084
7.04	Retenções	-153.097	-133.743
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-153.097	-133.743
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	490.625	340.341
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.445	34.469
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.685	20.850
7.06.02	Receitas Financeiras	17.760	13.619
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	513.070	374.810
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	513.070	374.810
7.08.01	Pessoal	65.903	61.384
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.573	47.467
7.08.01.02	Benefícios	10.794	10.516
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.418	2.348
7.08.01.04	Outros	1.118	1.053
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	125.975	70.142
7.08.02.01	Federais	97.140	43.867
7.08.02.02	Estaduais	211	179
7.08.02.03	Municipais	28.624	26.096
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	209.326	137.475
7.08.03.01	Juros	182.872	116.179
7.08.03.02	Aluguéis	7.875	6.958
7.08.03.03	Outras	18.579	14.338
7.08.03.03.01	Remuneração do pode concedente	14.864	14.338
7.08.03.03.02	Outras	3.715	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	190.993	57.832
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	154.186	42.995
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	36.807	14.837
7.08.05	Outros	-79.127	47.977
7.08.05.01	Lucro de Operações Descontinuadas	-79.127	47.977



## COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30.09.2014

Novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia, no primeiro trimestre de 2013. A administração da Companhia avaliou essas novas normas, CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto, e apresenta os efeitos a seguir.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil (22,95%, indiretamente na concessionária Aeroportos Brasil Viracopos) e 15,79% na Vetría. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação de acordo com o CPC 19 (R1) – Investimento em empreendimento controlado em conjunto – Joint Venture (IAS 31).

Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia considerou tais investimentos como controles em conjunto (joint ventures, sendo reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial).

### CONSOLIDADO

A Receita Bruta cresceu 94,5%, de R\$627,2 milhões nos 9M13 para R\$ 1.220,0 milhões nos 9M14, principalmente devido a:

- ① Aumento da tarifa média efetiva (+7,0%) nas concessionárias de rodovias, gerando crescimento de 6,3% na receita de arrecadação de pedágio no 3T14.
- ① Registro de R\$ 10,0 milhões de receita de comercialização de energia.
- ① Receita de construção das rodovias que atingiu R\$ 694,3 milhões, principalmente, em razão da execução do programa de investimentos da Concebra, a obra da nova subida da Serra da Concer e a obra da 4ª pista da Concepa.

No 3T14, a receita líquida ajustada atingiu R\$ 472,8 milhões (+4,9%).

<b>Receita Operacional (R\$ mil)</b>	<b>9M14</b>	<b>9M13</b>	<b>Δ</b>
Arrecadação de Pedágio	507.341	469.348	8,1%
Construção de Ativos das Concessões	694.316	122.734	465,7%
Operação Portuária - Carga Própria	2.687	6.883	-61,0%
Geração e Venda de Energia	10.019	19.683	-49,1%
Outras Receitas	5.529	8.556	-35,4%
<b>Receita Operacional Bruta (ROB)</b>	<b>1.219.892</b>	<b>627.204</b>	<b>94,5%</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(52.693)</b>	<b>(53.465)</b>	<b>-1,4%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>1.167.199</b>	<b>573.739</b>	<b>103,4%</b>
Construção de Ativos das Concessões	694.316	122.734	465,7%
<b>Receita Operacional Líquida Ajustada</b>	<b>472.883</b>	<b>451.005</b>	<b>4,9%</b>



**Custos Operacionais:**

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, atingiram R\$ 98,5 milhões no 9M14 e os principais fatores foram:

- ① Aumento nos custos de geração de energia nos 9M14, em função do Início da operação da Rio Canoas.
- ① Redução de 71,3% do custo de operação portuária nos 9M14, devido à desaceleração das operações de *trading*.

<b>Custos Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>9M14</b>	<b>9M13</b>	<b>Δ</b>
Operação e Manutenção das Rodovias	(45.160)	(46.083)	-2,0%
Operação Portuária	(447)	(1.558)	-71,3%
Comercialização de Energia	(5.866)	0	n/c
Custo com Pessoal	(32.116)	(27.107)	18,5%
Obrigações da Concessão	(14.864)	(14.338)	3,7%
<b>Custo Caixa</b>	<b>(98.453)</b>	<b>(89.086)</b>	<b>10,5%</b>
Depreciação e Amortização	(146.120)	(128.079)	14,1%
Custo de Construção	(573.979)	(122.734)	367,7%
Provisão para Manutenção - IAS 37	0	-	n/c
<b>Custo Operacional Total</b>	<b>(818.552)</b>	<b>(339.899)</b>	<b>140,8%</b>

**Despesas Operacionais:**

As despesas operacionais (caixa) consolidadas registraram R\$45,8 milhões. Os principais fatores foram:

- ① As despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 11,5% nos 9M14, em razão de: (i) Início da operação da Rio Canoas e (ii) despesas da Portonaus, anteriormente capitalizadas no intangível.
- ① A Remuneração dos Administradores apresentou um aumento de 14,7% nos 9M14 devido a: (i) implantação da nova estrutura administrativa na Concebra e (ii) reconhecimento de remuneração variável na Concepa.

<b>Despesas Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>9M14</b>	<b>9M13</b>	<b>Δ</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(41.729)	(37.425)	11,5%
Remuneração dos Administradores	(15.201)	(13.253)	14,7%
Despesas com Pessoal	(28.131)	(24.848)	13,2%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	39.287	24.016	63,6%
<b>Despesas Caixa</b>	<b>(45.774)</b>	<b>(51.510)</b>	<b>-11,1%</b>
Depreciação e Amortização	(6.977)	(5.664)	23,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.685	20.850	-77,5%
<b>Despesa Operacional Total</b>	<b>(48.066)</b>	<b>(36.324)</b>	<b>32,3%</b>





## **LUCRO LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS**

As despesas financeiras totalizaram R\$ 188,0 milhões no 9M14, aumento de 61,8% comparado aos R\$ 116,2 milhões de despesa financeira no 9M13, principalmente em função da atualização do saldo das dívidas nos últimos 12 meses.

<b>Lucro Líquido (R\$ mil)</b>	<b>9M14</b>	<b>9M13</b>	<b>Δ</b>
<b>Lucro Operacional</b>	<b>300.581</b>	<b>197.516</b>	<b>52,2%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(170.167)</b>	<b>(102.560)</b>	<b>65,9%</b>
Receitas Financeiras	17.760	13.619	30,4%
Despesas Financeiras	(187.927)	(116.179)	61,8%
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>130.414</b>	<b>94.956</b>	<b>37,3%</b>
<b>Impostos Sobre Lucro</b>	<b>(61.619)</b>	<b>(31.970)</b>	<b>92,7%</b>
Impostos Correntes	(34.339)	(43.787)	-21,6%
Impostos Diferidos	(27.280)	11.817	-330,9%
<b>Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas</b>	<b>79.127</b>	<b>(47.977)</b>	<b>-264,9%</b>
<b>Participação de Acionistas Não Controladores</b>	<b>(36.807)</b>	<b>(14.837)</b>	<b>148,1%</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>111.115</b>	<b>172</b>	<b>n/c</b>

O Lucro Líquido do semestre foi de R\$111,1 milhões e o Lucro Base Dividendos do período foi de R\$148,6 milhões.

<b>BASE DE DIVIDENDOS (R\$ mil)</b>	<b>9M14</b>	<b>9M13</b>	<b>Δ</b>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>111.115</b>	<b>172</b>	<b>n/c</b>
Constituição de Reserva Legal	(5.556)	(9)	n/c
Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	43.071	42.823	0,6%
<b>Lucro Base de Dividendos</b>	<b>148.630</b>	<b>42.986</b>	<b>245,8%</b>

O Lucro Base de Dividendos é calculado ajustando o lucro líquido do período pela realização da reserva de reavaliação e do ajuste de avaliação de ativos, e a constituição da reserva legal.



## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

#### a) Controladas e controladas em conjunto

Em 30 de setembro de 2014 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

##### i) *Concessionárias de rodovias*

###### Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 816,7 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

###### Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Porto Alegre – Guaíba). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

###### Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 1 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está

## Notas Explicativas

previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

### Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

### Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

#### ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

#### iii) *Geração de energia elétrica*

### Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético

## Notas Explicativas

denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MWh na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R\$130,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2013, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “*due diligence*” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

## Notas Explicativas

### Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011.

Os investimentos incorridos para colocar a Usina em operação foram de aproximadamente R\$ 1.096.944. Os recursos necessários para a implantação foram captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio.

Em 6 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012 foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R\$ 270.000 e durante o ano de 2013 o montante de R\$ 81.000, e em maio de 2014 o montante de R\$ 915.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 24 de setembro de 2013 e recebeu autorização para operar em plena capacidade, com três unidades geradoras, em 12 de dezembro de 2013, com capacidade total instalada de 191,9 MW e garantia física de 83,1 MWm conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

## Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

Pelo cronograma da ANEEL, a usina deveria entrar em operação em 01 de janeiro de 2015, sendo que a partir desta data 70% da energia já está vendida a R\$107,98 (R\$128,97 atualizados) pelos 30 anos de concessão. Com a antecipação, a Rio Canoas passa a ter a possibilidade de vender 100% da energia gerada durante os 15 meses antecipados.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

### Outros

Em 30 de setembro de 2014, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 17.398.

#### iv) *Administração de portos*

### Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada.

## Notas Explicativas

### Vetria

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob a posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia e o saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012. Como efeito dessa transação, a Companhia registrou um ágio em transações de capital no montante de R\$12.091 diretamente no seu patrimônio líquido, na rubrica de “Reserva de capital”.

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. (“Vetorial”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica (“Associação”), por meio de uma sociedade denominada Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possuía a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetorial Mineração S.A. e previa uma série de condições suspensivas a serem cumpridas para efetiva constituição da Vetria.

Em 3 de dezembro de 2012, verificou-se o cumprimento de tais condições suspensivas, de modo que as partes convencionaram constituir a Vetria utilizando como veículo a Santa Rita. Primeiramente, houve a transformação dessa sociedade para Vetria Mineração S.A. e aporte, pela Triunfo, no montante de R\$15.000, em três parcelas mensais subsequentes à associação. Em seguida, ocorreu a entrada dos sócios ALL, através da compra de participação, e da Vetorial, através do aporte do ativo minerário, que aumentou o valor do patrimônio líquido da Vetria para R\$3.538.181. O ativo minerário aportado foi registrado a valor justo, com base em laudo elaborado por especialista contratado, e reflete a expectativa de rentabilidade futura do negócio. Como resultado, o capital social total e votante da Vetria encontra-se atualmente distribuído da seguinte forma:

## Notas Explicativas

<u>Acionista</u>	<u>Participação (%)</u>
ALL	50,38%
Triunfo	15,79%
Vetorial Participações	33,83%
Total	100,00%

Como efeito da entrada dos novos sócios, a Triunfo passou a deter 15,79% e reconheceu um ganho de capital na variação de participação no montante de R\$518.376 diretamente no resultado do exercício, revertendo o ágio registrado na conta de reserva de capital no montante de R\$12.091 e impactando a rubrica de “Reserva de lucros a realizar” no montante de R\$480.971 e a rubrica de “Reserva legal” no montante de R\$25.314. A partir de dezembro de 2012, a Vetria deixou de ser controlada e passou a ser classificada como controlada em conjunto da Triunfo. O investimento está sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial conforme determina o CPC 18 (R2).

O projeto da Vetria consiste na exploração e beneficiamento de ativos minerários localizados no Maciço de Urucum, em Corumbá-MS, transporte logístico ferroviário do minério até Santos-SP e exportação do produto através de um terminal portuário privado localizado no mesmo município.

### Portonaus, Moss e Manave

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m<sup>2</sup> na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 30 de setembro de 2014, foi liquidado o montante de R\$13.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

Em 18 de fevereiro de 2012, a Triunfo por intermédio da sua controlada Portonaus, celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda., pelo montante de R\$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ nº 888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), conforme determina a Lei nº 10.233/01. O valor da aquisição encontra-se registrado na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante. Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

## Notas Explicativas

Em 28 de fevereiro de 2014 ocorreu a incorporação da Portonaus S.A. - Terminais Portuários pela Moss Serviços Portuários Ltda. O investimento que a Companhia possuía na Portonaus foi transferido integralmente para a investida Moss a partir de fevereiro de 2014.

### v) *Administração de aeroportos*

#### Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, três meses antes do previsto no cronograma da licitação, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto,

## Notas Explicativas

restando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passa a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passa a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

Em 15 de julho de 2014, a Aeroportos Brasil Viracopos apresentou à ANAC revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em 28 de julho de 2014, a investida recebeu auto de infração da ANAC, sem imputar valores, em que o regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Aeroportos Brasil Viracopos apresentou sua defesa em 18 de agosto de 2014, que está sob análise da ANAC. Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras, nenhuma penalidade foi imposta à investida.

Em 14 de outubro a concessionária Aeroportos Brasil iniciou a operação dos voos comerciais no Novo Terminal de Passageiros. A quantidade de voos internacionais por semana passará de 7 para 38 em dezembro. As obras da primeira fase de ampliação do aeroporto continuarão até dezembro e a transferência dos voos do antigo para o novo terminal ocorrerá de forma gradual até março de 2015.

### b) Eventos relevantes ocorridos no terceiro trimestre de 2014

#### i) *Encerramento do período de usufruto de ações ordinárias - Companhia*

Em 1 de julho de 2014, encerrou-se do período de vigência do usufruto do Banco BNP Paribas Brasil S.A. sobre ações de propriedade da THP - Triunfo Holding de Participações S.A..

Por meio do Contrato de Usufruto firmado entre o Banco BNPP e a THP em 23 de outubro de 2012, a THP concedeu ao BNPP direitos de usufruto relacionados a 81.700.000 ações ordinárias emitidas pela TPI e detidas pela THP, representando aproximadamente 46,42% do total de ações emitidas pela TPI.

Com o encerramento deste contrato, a partir de 01 de julho de 2014 THP fica reintegrada da plena propriedade legal das ações da TPI.

## Notas Explicativas

### ii) *Emissão de Notas Promissórias - Companhia*

Em 18 de julho de 2014, Companhia realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais.

Foram emitidas 160 Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 160,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. As Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% a.a..

Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para complementar o caixa necessário para pagamento da segunda emissão de notas promissórias no montante de R\$275,5 milhões, que foram integralmente amortizadas em 21 de julho de 2014.

### iii) *Liberação da primeira parcela de empréstimo BNDES - Concebra*

Em 28 de julho de 2014, a Concebra recebeu do BNDES, a primeira parcela dos recursos do empréstimo-ponte, no montante de R\$300 milhões.

O volume total de recursos aprovados para o empréstimo-ponte pelo BNDES soma R\$ 1,06 bilhão e será liberado conforme demanda das obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, até que seja concluída a estruturação do financiamento de longo prazo na modalidade project finance.

### iv) *Arrendamento e opção de compra dos ativos da MMX Corumbá – Vetria*

Em 29 de julho de 2014, Vetria assinou contrato com a MMX Corumbá Mineração S.A. referente ao arrendamento de direitos minerários localizados em Corumbá-MS.

De acordo com os termos contratados, o valor do arrendamento é fixo e anual de US\$ 500.000,00 a ser pago em parcelas mensais, a partir do 4º mês da data de sua celebração e vigente pelo prazo de 36 meses, valor este que poderá ser parcialmente abatido na hipótese de conclusão da compra pela Vetria da totalidade das ações de emissão da MMX Corumbá.

Tanto o arrendamento dos direitos minerários como a eventual aquisição da totalidade das ações de emissão da MMX Corumbá pela Vetria estão condicionados ao cumprimento de diversas condições suspensivas, como a obtenção de aprovações pertinentes por parte das autoridades governamentais competentes, dentre elas a liberação do arrolamento fiscal que atualmente recai sobre as ações de emissão da MMX Corumbá, para fins de venda do ativo.

## Notas Explicativas

### v) *Assinatura do Contrato de Concessão UHE Três Irmãos - Companhia*

Em 26 de agosto de 2014 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas do Fundo de Investimento em Participações Constantinopla pelo valor de R\$6,0 milhões.

O FIP Constantinopla em parceria com Furnas – Centrais Elétricas S.A. sagrou-se vencedor do leilão para prestação de serviço de operação e manutenção da Usina de Três Irmãos realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 28 de março de 2014.

O Contrato de Concessão para operação e manutenção da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 10 de outubro de 2014 foi assinado em 11 de setembro de 2014.

### vi) *Aquisição da rodovia Transbrasiliana - Companhia*

Em 16 de setembro de 2014 a Companhia firmou por meio de sua controlada Dable Participações Ltda., Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 100% das quotas da empresa BR Vias Holding TBR S.A., detentora de 100% do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

O contrato prevê o pagamento de R\$ 22,659 milhões e está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, dentre elas, a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a obtenção da anuência do poder concedente e dos credores detentores de garantias prestadas, direta ou indiretamente, em favor da TBR ou Transbrasiliana.

### vii) *Alteração de participação societária - Cabotagem*

Em 30 de setembro de 2014 a participação societária da Companhia nas empresas NTL, Vessel-Log e Maestra passou de 69,66% para 100,0%.

## 2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 06 de novembro de 2014.

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 30 de setembro de 2014, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

## Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

### **2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **2.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

#### **2.2.2 Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

## Notas Explicativas

### 2.3. Critérios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	30/09/14		31/12/13	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("TriunfoConvale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Parnaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	15,8	-	15,8	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	-	-	100,0	-
Portonave S.A. - Terminais Portuários ("Portonave")	Controlada	-	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda ("Moss")	Controlada	100,0	-	-	99,7
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos Ltda ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações e Investimentos S.A. ("Jahy")	Controlada	-	-	100,0	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	-	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	100,0	-
Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("Constantinopla")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jupiter Participações e Investimentos S.A.	Controlada	-	-	100,0	-
Vulcano Participações e Investimentos S.A. ("Vulcano")	Controlada em conjunto	50,0	-	100,0	-
Marte Participações e Investimentos S.A. ("Marte")	Controlada	-	-	100,0	-
ACT Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("ACT")	Controlada em conjunto	50,0	-	-	-
Diana Participações e Investimentos S.A. ("Diana")	Controlada	-	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	Controlada	100,0	-	-	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	Controlada	100,0	-	-	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	Controlada	100,0	-	-	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	Controlada	100,0	-	-	-

(i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.

(ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.

(iii) A controlada FIP Constantinopla detém 50,1% de participação na Tijóá.

## Notas Explicativas

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 30 de setembro de 2014 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

### a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>	<u>Concebra</u>	<u>Rio Parnaíba</u>
Ativo circulante	27.340	1.960	18.119	6.112	292.517	16.946	51	-	-	236.651	802
Ativo não circulante	361.814	29.025	307.511	1.656	722.404	5.131	14.898	-	-	394.608	13.221
Total do ativo	389.154	30.985	325.630	7.768	1.014.921	22.077	14.949	-	-	631.259	14.023
Passivo circulante	151.739	7.800	129.992	2.266	322.002	2.392	2	401	-	20.018	7.165
Passivo não circulante (i)	139.875	6.555	88.003	4	339.750	625	-	-	-	344.247	8.003
Patrimônio líquido (i)	97.540	16.630	107.635	5.498	353.169	19.060	14.947	(401)	-	266.994	(1.145)
Total do passivo e patrimônio líquido	389.154	30.985	325.630	7.768	1.014.921	22.077	14.949	-	-	631.259	14.023
Receita operacional líquida	195.968	43.011	245.907	33.268	541.005	38.345	-	-	-	180.634	-
Custo dos serviços prestados	(147.644)	(26.487)	(169.897)	(9.705)	(384.524)	(15.593)	-	-	-	(180.634)	-
Lucro bruto	48.324	16.524	76.010	23.563	156.481	22.752	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(6.911)	(3.419)	(17.943)	(2.030)	(15.693)	(1.510)	(22)	(1)	-	(3.154)	(998)
Lucro antes do resultado financeiro	41.413	13.105	58.067	21.533	140.788	21.242	(22)	(1)	-	(3.154)	(998)
Resultado financeiro, líquido	(21.088)	1.171	(16.260)	(53)	(28.878)	(120)	-	-	-	10.043	(152)
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	20.325	14.276	41.807	21.480	111.910	21.122	(22)	(1)	-	6.889	(1.150)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(3.652)	(2.753)	(15.072)	(1.286)	(6.771)	(1.405)	-	-	-	(2.323)	-
Diferidos	(2.683)	-	2.107	-	(26.704)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	13.990	11.523	28.842	20.194	78.435	19.717	(22)	(1)	-	4.566	(1.150)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**Notas Explicativas****b) Segmento portuário**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>
Ativo circulante	127.064	6.844	3.229	23.251	26.089
Ativo não circulante	1.617.959	10.348	40.521	6.030.287	36.035
Total do ativo	1.745.023	17.192	43.750	6.053.538	62.124
Passivo circulante	103.335	21.195	4.724	13.488	42.172
Passivo não circulante (i)	845.337	560	44	2.365.222	23.265
Patrimônio líquido (i)	796.351	(4.563)	38.982	3.674.828	(3.313)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.745.023	17.192	43.750	6.053.538	62.124
Receita operacional líquida	241.378	23.367	57.416	-	61.993
Custo dos serviços prestados	(139.611)	(24.305)	(8.958)	-	(25.794)
Lucro bruto	101.767	(938)	48.458	-	36.199
Despesas operacionais, líquidas	(18.491)	(999)	(3.414)	(11.672)	(36.365)
Lucro antes do resultado financeiro	83.276	(1.937)	45.044	(11.672)	(166)
Resultado financeiro, líquido	(29.279)	132	(51)	(1.924)	(2.286)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	53.997	(1.805)	44.993	(13.596)	(2.452)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(20.148)	-	(6.611)	-	-
Diferidos	16.924	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	50.773	(1.805)	38.382	(13.596)	(2.452)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**Notas Explicativas**

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vulcano, Vetrica e Vetorial não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>Portonave</u>	<u>Moss</u>	<u>Santa Cruz</u>	<u>Vulcano</u>
Ativo circulante	-	1	-	285	-	27.471
Ativo não circulante	70.852	719.661	-	39.326	20.754	149
<b>Total do ativo</b>	<b>70.852</b>	<b>719.662</b>	<b>-</b>	<b>39.611</b>	<b>20.754</b>	<b>27.620</b>
Passivo circulante	-	-	-	265	1	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	70.852	719.662	-	39.346	20.753	27.620
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>70.852</b>	<b>719.662</b>	<b>-</b>	<b>39.611</b>	<b>20.754</b>	<b>27.620</b>
Receita operacional líquida	-	-	-	2.239	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(726)	-	-
Lucro bruto	-	-	-	1.513	-	-
Despesas operacionais, líquidas	-	6.226	(359)	(5.535)	(51)	(32)
Lucro antes do resultado financeiro	-	6.226	(359)	(4.022)	(51)	(32)
Resultado financeiro, líquido	-	-	(1)	42	-	(9)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	-	6.226	(360)	(3.980)	(51)	(41)
Correntes	-	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>-</b>	<b>6.226</b>	<b>(360)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(51)</b>	<b>(41)</b>

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**Notas Explicativas****c) Energia e outros**

	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>
Ativo circulante	2.778	13.655	30	-	-	-	-
Ativo não circulante	10.356	66.298	7.838	1.795	1.844	1.823	1.370
<b>Total do ativo</b>	<b>13.134</b>	<b>79.953</b>	<b>7.868</b>	<b>1.795</b>	<b>1.844</b>	<b>1.823</b>	<b>1.370</b>
Passivo circulante	5.361	7.064	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	7.773	72.889	7.868	1.795	1.844	1.823	1.370
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>13.134</b>	<b>79.953</b>	<b>7.868</b>	<b>1.795</b>	<b>1.844</b>	<b>1.823</b>	<b>1.370</b>
Receita operacional líquida	9.238	253.422	-	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(5.865)	(253.315)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	3.373	107	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(587)	(460)	(23)	(21)	(23)	(21)	(20)
Lucro antes do resultado financeiro	2.786	(353)	(23)	(21)	(23)	(21)	(20)
Resultado financeiro, líquido	(44)	20	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	2.742	(333)	(23)	(21)	(23)	(21)	(20)
Imposto de renda e contribuição social Correntes	(1.077)	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>1.665</b>	<b>(333)</b>	<b>(23)</b>	<b>(21)</b>	<b>(23)</b>	<b>(21)</b>	<b>(20)</b>

	<u>Anddis</u>	<u>Dable</u>	<u>FIP Constantinopla</u>	<u>Tijoá</u>	<u>Rio Dourado</u>	<u>Juno</u>	<u>ACT</u>
Ativo circulante	1	1	406	1	-	-	321
Ativo não circulante	-	-	1	-	-	-	193
<b>Total do ativo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>407</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>514</b>
Passivo circulante	-	-	142	110	-	-	252
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	1	1	265	(109)	-	-	262
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>407</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>514</b>
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	-	-	(60)	-	(15)	(1.158)
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	-	-	(60)	-	(15)	(1.158)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	(4)
Prejuízo antes do impostos sobre o lucro	-	-	-	(60)	-	(15)	(1.162)
<b>Prejuízo do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(60)</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>(1.162)</b>

**Notas Explicativas**

	<u>ATT</u>	<u>Venus</u>	<u>Mercurio</u>	<u>Neturno</u>	<u>Minerva</u>
Ativo circulante		-	-	-	-
Ativo não circulante	131	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>131</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Passivo circulante	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	131	-	-	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>131</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	-	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do impostos sobre o lucro	-	-	-	-	-
<b>Prejuízo do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

As companhias ACT, Tijoá e o FIP Constantinopla não foram consolidados pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

**Notas Explicativas****d) Administração de aeroportos**

	<u>A. Brasil</u>	<u>A.B. Viracopos</u>
Ativo circulante	1.218	164.772
Ativo não circulante	524.663	5.382.659
Total do ativo	<u>525.881</u>	<u>5.547.431</u>
Passivo circulante	25.429	310.344
Passivo não circulante (i)	136.446	4.208.351
Patrimônio líquido (i)	364.006	1.028.736
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>525.881</u>	<u>5.547.431</u>
Receita operacional líquida	-	1.021.882
Custo dos serviços prestados	-	(878.991)
Lucro bruto	<u>-</u>	<u>142.891</u>
Despesas operacionais, líquidas	(27.983)	(40.727)
Lucro antes do resultado financeiro	<u>(27.983)</u>	<u>102.164</u>
Resultado financeiro, líquido	(11.818)	(179.467)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	<u>(39.801)</u>	<u>(77.303)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(156)	-
Diferidos	-	26.263
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u><u>(39.957)</u></u>	<u><u>(51.040)</u></u>

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

## Notas Explicativas

### 2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013
Controladora	1.774.230	1.961.844	111.115	(4.378)
Participação de acionistas não controladores	139.587	139.491	36.807	9.558
<b>Consolidado</b>	<b>1.913.817</b>	<b>2.101.335</b>	<b>147.922</b>	<b>5.180</b>

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis nos três primeiros trimestres de 2014.

### 3.1. Reapresentação dos saldos comparativos

Em 30 de setembro de 2013 os ativos, passivos, receitas e despesas do segmento de cabotagem eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia integralmente de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10).

No final do ano de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a descontinuação das atividades operacionais do segmento de cabotagem que é composto pelas empresas NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”), Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”) e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”) conforme descrito na Nota 10. Conseqüentemente a partir de 31 de dezembro de 2013 os saldos das empresas de cabotagem passaram a ser registrados na rubrica de operações descontinuadas.

A fim de refletir estas alterações na data de 30 de setembro de 2013 para fins de comparabilidade do seu resultado, fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, a Companhia está reapresentando os saldos das respectivas demonstrações com os efeitos da descontinuação do segmento de cabotagem.

**Notas Explicativas**

	<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>		
	<b>30/09/2013</b>		
	<b>Originalmente divulgado</b>	<b>Efeito da descontinuidade da cabotagem</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>680.908</b>	<b>107.169</b>	<b>573.739</b>
Custos dos serviços prestados	(288.676)	(24.399)	(264.277)
Custo de operação cabotagem	(135.922)	(135.922)	-
Depreciação	(7.548)	(6.799)	(749)
Amortização	(74.873)	-	(74.873)
<b>Lucro bruto</b>	<b>173.889</b>	<b>(59.951)</b>	<b>233.840</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(65.261)</b>	<b>(11.957)</b>	<b>(53.304)</b>
Depreciação	(2.855)	(1.788)	(1.067)
Amortização	(2.893)	(90)	(2.803)
Resultado de equivalência patrimonial	20.850	-	20.850
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>123.730</b>	<b>(73.786)</b>	<b>197.516</b>
Receitas financeiras	6.706	(6.913)	13.619
Despesas financeiras	(163.081)	(46.902)	(116.179)
Variação cambial, líquida	-	-	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(156.375)</b>	<b>(53.815)</b>	<b>(102.560)</b>
<b>Lucro antes do IR/CSLL</b>	<b>(32.645)</b>	<b>(127.601)</b>	<b>94.956</b>
<b>IR /CSLL</b>	<b>11.370</b>	<b>43.340</b>	<b>(31.970)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade</b>	<b>(21.275)</b>	<b>(84.261)</b>	<b>62.986</b>
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	5.882	53.859	(47.977)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(15.393)</b>	<b>(30.402)</b>	<b>15.009</b>
Atribuição aos:			
Acionistas controladores	172		172
Acionistas não controladores	(15.565)	(30.402)	14.837

**Notas Explicativas**

	<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>		
	<b>30/09/2013</b>		
	<b>Originalmente divulgado</b>	<b>Efeito da descontinuidade da cabotagem</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	172	-	172
Ajustes ao resultado que não afetaram o caixa			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(55.157)	(66.974)	11.817
Depreciação do imobilizado	10.403	8.587	1.816
Amortização do intangível	130.223	90	130.133
Baixa de ativo imobilizado, intangível e diferido	(930)	198	(1.128)
Amortização do ágio e deságio sobre investimentos	1.794	-	1.794
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	147.936	41.972	105.964
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais (TPI - Variações monetárias ativas)	(545)	-	(545)
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	659	-	659
Pagamento baseado em ações	688	-	688
Participação de Acionistas Não Controladores	(15.565)	-	(15.565)
Apropriação de Receitas diferidas líquidas	(2.301)	-	(2.301)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.850)	-	(20.850)
Resultado de equivalência patrimonial - Participações a comercializar	(5.882)	-	(5.882)
(Aumento) diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes	(11.468)	(31.495)	20.027
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	21.397	-	21.397
Impostos a recuperar	(4.673)	(9.332)	4.659
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	(222.703)	(156.231)	(66.472)
Aumento (diminuição) dos passivos			
Fornecedores	2.371	22.292	(19.921)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	(10.465)	28	(10.493)
Obrigações sociais e trabalhistas	864	6.141	(5.277)
Impostos, taxas e contribuições	42.564	67.594	(25.030)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	43.787	-	43.787
Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes	(31.971)	31.047	(63.018)
Outras variações de passivos	-	88.675	(88.675)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(52.763)	(11.489)	(41.274)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<b>(32.415)</b>	<b>(8.897)</b>	<b>(23.518)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Investimentos em controladas e coligadas	(81.273)	-	(81.273)
Aquisição de bens do imobilizado	(30.645)	(896)	(29.749)
Adições ao ativo intangível e diferido	(141.205)	(38)	(141.167)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<b>(253.123)</b>	<b>(934)</b>	<b>(252.189)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Integralização de Capital	330.000	-	330.000
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos	(118)	-	(118)
Recebimento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	(11.200)	-	(11.200)
Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	20.321	-	20.321
Juros recebidos de empresas ligadas, operações não comerciais	3.851	-	3.851
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	533.160	103.888	429.272
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(423.450)	(84.635)	(338.815)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(94.908)	(7.829)	(87.079)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<b>357.656</b>	<b>11.424</b>	<b>346.232</b>
<b>Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>72.118</b>	<b>1.593</b>	<b>70.525</b>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	54.331	-	54.331
No fim do exercício	126.449	1.593	124.856
<b>Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>72.118</b>	<b>1.593</b>	<b>70.525</b>

**Notas Explicativas**

	<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>		
	<b>30/09/2013</b>		
	<b>Originalmente divulgado</b>	<b>Efeito da descontinuidade da cabotagem</b>	<b>Reapresentado</b>
Receitas	800.104	123.099	677.005
Vendas de serviços	625.991	130.077	495.914
Receitas de construção	122.734	-	122.734
Realização da reserva de reavaliação	42.823	-	42.823
Outras receitas	8.556	(6.978)	15.534
Insumos adquiridos de terceiros	(321.510)	(118.589)	(202.921)
Custos dos serviços prestados	(130.747)	(111.580)	(19.167)
Custos de construção	(122.734)	-	(122.734)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(68.029)	(7.009)	(61.020)
Valor adicionado bruto	478.594	4.510	474.084
Retenções	(142.420)	(8.677)	(133.743)
Depreciação e amortização	(142.420)	(8.677)	(133.743)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	336.174	(4.167)	340.341
Valor adicionado líquido recebido em transferência	27.556	(6.913)	34.469
Resultado de equivalência patrimonial	20.850	-	20.850
Receitas financeiras	6.706	(6.913)	13.619
Valor adicionado total a distribuir	363.730	(11.080)	374.810
Distribuição do valor adicionado	363.730	(11.080)	374.810
Pessoal e encargos	95.685	34.301	61.384
Remuneração direta	76.811	29.344	47.467
Benefícios	13.954	3.438	10.516
F.G.T.S	3.867	1.519	2.348
Outras	1.053	-	1.053
Impostos, taxas e contribuições	40.394	(29.748)	70.142
Federais	13.730	(30.137)	43.867
Estaduais	179	-	179
Municipais	26.485	389	26.096
Remuneração do capital de terceiros	180.001	56.864	123.137
Juros	163.081	46.902	116.179
Aluguéis	6.958	-	6.958
Outras	9.962	9.962	-
Remuneração do poder concedente	14.338	-	14.338
Lucros (prejuízos) de operações descontinuadas	5.882	(42.095)	47.977
Lucros (prejuízos) retidos do exercício	42.995	-	42.995
Participação de acionistas não controladores	(15.565)	(30.402)	14.837

## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Disponibilidades	2.163	20.493	15.772	34.834
Aplicações financeiras	-	15.615	236.248	15.834
	<b>2.163</b>	<b>36.108</b>	<b>252.020</b>	<b>50.668</b>

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

### 5. Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 18. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Econorte	74	74
	<b>74</b>	<b>74</b>
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	74	74

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

### 6. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	38.212	46.510
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	37	2.979
Serviços de energia	5.226	11.500
Indenizações a receber (i)	289.619	-
Outras contas a receber	7.002	-
	<b>340.096</b>	<b>60.989</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(1.752)
	<b>340.096</b>	<b>59.237</b>
Ativo circulante	<b>301.242</b>	<b>59.237</b>
Ativo não circulante	<b>38.854</b>	-

(i) Referem-se aos ativos financeiros das concessões rodoviárias Concepa (31.852) e Concer (257.767), oriundos de aditivos dos contratos de concessão.

A Concer assinou, em Abril deste ano, o 12º Termo Aditivo que prevê aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER). E a Concepa em 16 de abril de 2014, recebeu a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sua agência reguladora, para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra prevê alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

## Notas Explicativas

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
A vencer	340.096	59.237
Vencidos há mais de 90 dias	-	1.752
	<u>340.096</u>	<u>60.989</u>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldo no início do exercício	(1.752)	(1.752)
Adições	-	-
Baixas	1.752	-
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>(1.752)</u>

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no exercício.

## 7. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	5.103	4.222	5.347	4.441
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	385	78
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	6.741	4.361	10.044	4.472
Programa de Integração Social – PIS	-	-	47	36
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	206	151
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	6.181	5.378
Outros	-	30	246	213
	<u>11.844</u>	<u>8.613</u>	<u>22.456</u>	<u>14.769</u>
Parcela do circulante	11.844	8.613	17.751	10.126
Parcela do não circulante	-	-	4.705	4.643

## 8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	8.592	9.927
Contribuição social diferida	3.094	3.573
	<u>11.686</u>	<u>13.500</u>

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações na controlada Concepa e provisões para contingências.

## Notas Explicativas

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável são:

<b>Consolidado</b>	
<b>Exercício a findar-se em:</b>	
2014	7.331
2015	4.355
	<u>11.686</u>

### 9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$40.590, R\$35.601 e de R\$46.333, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

## Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/09/14			31/12/13		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	58.839	-	-	181	-	-
Rio Verde	4.100	-	-	10.365	-	-
Concepa	315	-	-	386	-	-
TPI-Log	-	-	-	26.678	-	-
Portonave	-	-	-	53.356	-	-
Rio Canoas	4.156	-	-	4.156	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	25.330	(2.831)	-	29.945	(3.334)
Portonave (vi)	-	19.749	(531)	-	-	-
Outros:						
Concepa	37	-	335	35	-	424
Outros	-	100	-	-	1.850	-
<b>Total do circulante</b>	<b>67.447</b>	<b>45.179</b>	<b>(3.027)</b>	95.157	31.795	(2.910)
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	-	-	4.547	-	511
Maestra (iii)	-	-	1.032	32.021	-	1.995
Vetorial (iv)	293	-	26	266	-	15
Aeroportos Brasil (v)	12.564	-	1.958	38.085	-	-
Act	-	-	10	-	-	-
Outros:						
Maestra	-	-	-	9.376	-	2.451
Econorte	-	-	2.206	-	-	-
Rio Tibagi	845	-	845	-	-	-
Rio Guaíba	503	-	503	-	-	-
Concepa	3.263	-	3.115	-	-	-
Rio Verde	382	-	1.644	-	-	-
Rio Canoas	3.947	-	3.947	-	-	-
Outros	3.785	-	-	5.148	-	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>25.582</b>	-	<b>15.286</b>	89.443	-	4.972
<b>Total</b>	<b>93.029</b>	<b>45.179</b>	<b>12.259</b>	184.600	31.795	2.062

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.
- (iii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Os principais contratos firmados no primeiro semestre de 2014 entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

## Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/09/2014			31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	-	-	-	53.356	-	-
TPI Log	-	-	-	26.678	-	-
Prestação de serviço:						
Compasa (Concer) (i)	-	2.043	-	-	392	-
CTSA (Econorte) (i)	-	-	-	-	6.356	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	1.568	-	-	1.247	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	1.475	-	-	-	-
Outros:						
Outros	-	94	-	-	1	-
Dividendos a pagar:						
Concer	-	-	-	-	109	-
Mútuos financeiros:						
TPI (viii)	-	19.749	(531)	-	-	-
<b>Total do circulante</b>	<b>-</b>	<b>24.929</b>	<b>(531)</b>	<b>80.034</b>	<b>8.105</b>	<b>-</b>
Prestação de serviço:						
CTSA (Econorte) (i)	3.637	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	293	-	26	266	-	15
Maestra	-	-	1.032	32.021	-	-
Aeroportos Brasil (vii)	12.564	-	1.958	38.641	-	-
Portonave (vi)	-	-	-	6.809	-	450
Act	-	-	10	-	-	-
Outros:						
Vetria (iii)	13.080	-	-	12.713	-	-
Maestra	-	-	-	9.376	-	-
Outros	3.687	-	-	2.291	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>33.261</b>	<b>-</b>	<b>3.026</b>	<b>102.117</b>	<b>-</b>	<b>465</b>
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	-	-	67.192	-	-	60.226
CTSA (Rio Canoas) (v)	-	-	-	1.999	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	1.567	12.265	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	1.475	91.927	-	-	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>33.261</b>	<b>3.042</b>	<b>174.410</b>	<b>104.116</b>	<b>-</b>	<b>60.691</b>
<b>Total</b>	<b>33.261</b>	<b>27.971</b>	<b>173.879</b>	<b>184.150</b>	<b>8.105</b>	<b>60.691</b>

- (i) As Concessionárias de Rodovias, a Portonave e a Rio Tibagi contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia por meio de sua controlada TPI Log. para a controlada em conjunto Vetria.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e estavam classificado no saldo do Ativo Imobilizado em 31/12/2013.
- (vi) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores. O saldo do mútuo foi liquidado em 30/06/2014.
- (vii) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (viii) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

**Notas Explicativas****10. Participações a comercializar e operações descontinuadas**Ativo mantido para venda

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 30 de setembro de 2014, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$240.053 (R\$ 235.250 em 31 de dezembro de 2013), e Rio Canoas no montante de R\$ 472.452 (R\$ 426.715 em 31 de dezembro de 2013), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		30/09/14	31/12/13
Capital Social	100	<b>130.000</b>	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	<b>80.075</b>	82.701
Reserva de lucros	100	<b>29.978</b>	22.549
<b>Total Rio Verde</b>		<b>240.053</b>	235.250
Capital Social	100	<b>300.000</b>	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	<b>1.707</b>	101.709
Reserva de Lucros	100	<b>23.549</b>	25.006
Reserva Legal	100	<b>1.458</b>	-
Lucros e prejuízos acumulados	100	<b>145.738</b>	-
<b>Total Rio Canoas</b>		<b>472.452</b>	426.715
<b>Total</b>		<b>712.505</b>	661.965

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$ 10.074 e na Rio Canoas foi de R\$ 145.738.

**Notas Explicativas**

<b>Balancos Patrimoniais de operações destinadas a venda</b>	<b>30/09/2014</b>			<b>31/12/2013</b>
	<b>Rio Verde</b>	<b>Rio Canoas</b>	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.902	3.981	8.883	733
Aplicações financeiras vinculadas	13.436	2.194	15.630	15.510
Contas a receber	10.540	113	10.653	43.409
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Impostos a recuperar	3.018	384	3.402	9.461
Contas a receber partes relacionadas	9.289	7.020	16.309	2.877
Despesas antecipadas	785	1.064	1.849	1.800
Outros créditos	165	48	213	1.800
	<b>42.135</b>	<b>14.804</b>	<b>56.939</b>	<b>75.590</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.526	-	3.526	-
Impostos a recuperar	-	-	-	3.631
Outros créditos	566	-	566	533
Imobilizado	530.655	1.095.918	1.626.573	1.624.802
Intangível	98	41	139	19.472
	<b>534.845</b>	<b>1.095.959</b>	<b>1.630.804</b>	<b>1.648.438</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>576.980</b>	<b>1.110.763</b>	<b>1.687.743</b>	<b>1.724.028</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	9.223	4.596	13.819	5.136
Empréstimos e financiamentos	18.818	25.405	44.223	18.487
Debêntures	-	45.119	45.119	30.073
Obrigações Contrato de Concessão	-	5.043	5.043	-
Salários e encargos sociais	465	815	1.280	362
Obrigações fiscais	6.903	1.098	8.001	12.603
Contas a pagar partes relacionadas	3.171	83.196	86.367	190.506
Dividendos a pagar	4.020	4.156	8.176	8.290
Juros sobre capital próprio	-	-	-	5.292
Arrendamento mercantil	-	85	85	85
Outras obrigações	9.930	-	9.930	12.935
	<b>52.530</b>	<b>169.513</b>	<b>222.043</b>	<b>283.769</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	243.146	379.824	622.970	642.943
Debêntures	-	85.754	85.754	87.462
Obrigações Contrato de Concessão	-	3.200	3.200	-
Imposto de renda e contribuição social	41.251	-	41.251	42.603
Arrendamento Mercantil	-	20	20	86
Outras obrigações	-	-	-	5.200
	<b>284.397</b>	<b>468.798</b>	<b>753.195</b>	<b>778.294</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	130.000	300.000	430.000	430.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.707	1.707	101.709
Ajuste de avaliação patrimonial	80.075	-	80.075	82.701
Reserva legal	-	1.458	1.458	-
Reserva de lucros	29.978	169.287	199.265	47.555
Lucros e prejuízos acumulados	-	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>240.053</b>	<b>472.452</b>	<b>712.505</b>	<b>661.965</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>576.980</b>	<b>1.110.763</b>	<b>1.687.743</b>	<b>1.724.028</b>

**Notas Explicativas**

<b><u>Demonstração do resultado de operações destinadas a venda</u></b>	<b>30/09/2014</b>			<b>30/09/2013</b>
	<b>Rio Verde</b>	<b>Rio Canoas</b>	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>
Receita operacional líquida	100.538	259.447	359.985	92.806
Custos operacionais				
Operação de energia	(37.784)	(37.359)	(75.143)	(29.276)
Custo com pessoal	(174)	(1.189)	(1.363)	(626)
Depreciação	(12.118)	(13.690)	(25.808)	(17.207)
Depreciação mais valia do imobilizado	(5.108)	-	(5.108)	-
Obrigações da Concessão	(8.534)	(10.119)	(18.653)	(10.165)
Total dos custos operacionais	(63.718)	(62.357)	(126.075)	(57.274)
Lucro operacional bruto	36.820	197.090	233.910	35.532
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(1.073)	(572)	(1.645)	(1.739)
Administradores	(236)	(1.402)	(1.638)	(334)
Administrativas	(5.411)	(5.920)	(11.331)	(2.241)
Depreciação e amortização	(109)	(440)	(549)	(180)
Outras receitas e despesas	(2.505)	24	(2.481)	(783)
Total das despesas operacionais, líquidas	(9.334)	(8.310)	(17.644)	(5.277)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	27.486	188.780	216.266	30.255
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.065	375	1.440	2.302
Despesas financeiras	(14.382)	(34.841)	(49.223)	(15.769)
Variação cambial	-	-	-	-
Total do resultado financeiro	(13.317)	(34.466)	(47.783)	(13.467)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	14.169	154.314	168.483	16.788
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.342)	(8.576)	(13.918)	(8.073)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.247	-	1.247	4.170
Lucro líquido do período	10.074	145.738	155.812	12.885

**Notas Explicativas**

<b>Fluxos de Caixa de operações destinadas a venda</b>	<b>30/09/2014</b>			<b>30/09/2013</b>
	<b>Rio Verde</b>	<b>Rio Canoas</b>	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	10.074	145.738	155.812	12.885
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação	17.327	14.130	31.457	17.369
Amortização	8	-	8	18
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.925	34.558	48.483	42.709
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.247)	-	(1.247)	(4.170)
Baixa de bens do imobilizado	-	40	40	650
Provisão imposto de renda sobre JSCP	-	-	-	(810)
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	243	25.493	25.736	(3.506)
Contas a receber de partes relacionadas	(6.753)	3.947	(2.806)	5.601
Impostos a recuperar	5.500	810	6.310	5.945
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	15.775
Outras variações no ativo	(297)	1.432	1.135	(4.489)
Fornecedores	8.306	7.328	15.634	(16.042)
Obrigações sociais	304	614	918	(267)
Obrigações fiscais	(2.751)	(2.977)	(5.728)	(100)
Imposto de renda e contribuição social correntes	411	-	411	284
Outras obrigações	370	(400)	(30)	(1.083)
Outras variações nos passivos	-	-	-	-
JSCP a pagar	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	45.420	230.713	276.133	70.769
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(484)	(13.431)	(13.915)	(292.612)
Aquisição de bens do intangível	(15)	(13)	(28)	(37.545)
Aplicação financeira	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(499)	(13.444)	(13.943)	(330.157)
Atividades de financiamento				
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	61.383
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(100.000)	(100.000)	-
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	81.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(30.299)	915	(29.384)	(31.460)
Venda antecipada de energia	-	-	-	160.800
Recebimento de venda antecipada de energia	-	(114.696)	(114.696)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(9.960)	-	(9.960)	(15.029)
Integralização de capital com AFAC	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(40.259)	(213.781)	(254.040)	256.694
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	4.662	3.488	8.150	(2.694)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	240	493	733	11.150
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.902	3.981	8.883	8.456

## Notas Explicativas

<b><u>Demonstrações dos valores adicionados de operações destinadas a venda</u></b>	<b>30/09/2014</b>			<b>30/09/2013</b>
	<b>Rio Verde</b>	<b>Rio Canoas</b>	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>
Receitas	111.894	272.113	384.007	103.276
Receitas relativas à venda de energia	111.894	272.089	383.983	102.963
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	24	24	313
Insumos adquiridos de terceiros	(55.125)	(56.116)	(111.241)	(43.211)
Custos dos serviços vendidos	(47.282)	(50.062)	(97.344)	(40.047)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.843)	(6.054)	(13.897)	(3.164)
Valor adicionado bruto	56.769	215.997	272.766	60.065
Depreciação e amortização	(17.327)	(14.130)	(31.457)	(17.387)
Amortização	(8)	-	(8)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	39.434	201.867	241.301	42.678
Valor adicionado recebido em transferência	1.065	375	1.440	2.302
Receitas financeiras	1.065	375	1.440	2.302
Valor adicionado total a distribuir	40.499	202.242	242.741	44.980
Distribuição do valor adicionado	40.499	202.242	242.741	44.980
Pessoal	1.356	2.824	4.180	2.423
Remuneração direta	461	2.225	2.686	1.742
Benefícios	849	523	1.372	570
F.G.T.S.	46	76	122	111
Impostos, taxas e contribuições	14.632	18.971	33.603	13.821
Federais	14.614	18.964	33.578	13.627
Estaduais	9	7	16	40
Municipais	9	-	9	154
Remuneração de capitais de terceiros	14.437	34.709	49.146	15.851
Juros relativos à capitais de terceiros	14.382	34.709	49.091	15.769
Aluguéis	55	-	55	82
Lucros retidos do exercício	10.074	145.738	155.812	12.885
Juros sobre capital próprio	4.771	-	4.771	5.397
Dividendos	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	5.303	145.738	151.041	7.488

### Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como “Participações a Comercializar”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

### Operações descontinuadas

Em 27 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a descontinuação das atividades operacionais do segmento de cabotagem que é composto pelas empresas NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”), Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”) e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”).

As empresas do segmento de cabotagem apresentavam alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade. Considerando o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu focar seus esforços nestas oportunidades.

Os totais dos ativos e passivos das controladas Maestra, NTL e Vessel foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das

## Notas Explicativas

demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5). Imediatamente antes da classificação destas controladas como “Operações descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foram estimados e então constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 130.656 (R\$ 91.015 proporcional a participação da Companhia), para que o valor contábil dos ativos registrados no grupo fosse reduzido ao seu valor justo.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia concluiu a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) das empresas NTL – Navegação e Logística S.A., Vessel-Log Comp. Bras. de Navegação e Logística S.A. e Maestra Navegação e Logística S.A., que operavam o segmento de cabotagem. Desta forma, a participação societária dos demais acionistas foi diluída e a participação da Companhia nas empresas passou de 69,66% para 100,0%.

A integralização dos AFACs faz parte do processo de desmobilização das empresas de cabotagem, cuja operação foi descontinuada em novembro de 2013.

O reconhecimento da diferença do aumento de participação nas empresas NTL, Vessel e Maestra, tendo em vista que não houve alteração de controle, foi registrado no Patrimônio Líquido da Companhia conforme ICPC 09 (R1).

Os efeitos da operação totalizaram o montante de R\$ 278.271, registrado como saldo redutor das reservas de lucros da Companhia.

	30/09/2014		
	100%	Participação (%)	Participação TPI
Capital Social	179.687	100.00%	179.687
Reserva de capital	(266.430)	100.00%	(266.430)
Prejuízos acumulados	(84.751)	100.00%	(84.751)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.307	100,00%	6.307
<b>Total Maestra</b>	<b>(165.187)</b>		<b>(165.187)</b>
Capital Social Integralizado	163.753	100.00%	163.753
Capital Social a Integralizar	-	-	-
Reserva de capital	55.152	100.00%	55.152
Prejuízos acumulados	(297.916)	100.00%	(297.916)
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.515	100,00%	4.515
<b>Total Vessel-Log</b>	<b>(74.496)</b>		<b>(74.496)</b>
Capital Social	219.245	100.00%	219.245
Capital Social a Integralizar	-	-	-
Reserva de capital	60.111	100.00%	60.111
Prejuízos acumulados	(285.704)	100.00%	(285.704)
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.406	100,00%	2.406
<b>Total NTL</b>	<b>(3.942)</b>		<b>(3.942)</b>
<b>Total</b>	<b>(243.625)</b>		<b>(243.625)</b>

A equivalência patrimonial calculada no exercício para os investimentos destinados a operações descontinuadas na Maestra foi de R\$ (1.183), NTL R\$ (33.772) e Vessel-Log R\$ (41.730).

**Notas Explicativas**

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais e das demonstrações do resultado do exercício findo em 30 de setembro de 2014 estão apresentados a seguir:

	<b>30/09/2014</b>				
<b>Balanços Patrimoniais de operações descontinuadas</b>	<b>Maestra</b>	<b>Vessel</b>	<b>NTL</b>	<b>Maestra LLP</b>	<b>Combinado</b>
<b>Ativos</b>					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	63	366	327	1	757
Contas a receber	-	8.947	11.693	-	20.640
Adiantamentos a fornecedores	81	844	1.259	-	2.184
Impostos a recuperar	1.868	6.450	6.141	-	14.459
Contas a receber partes relacionadas	-	30.241	10.662	35.856	76.759
Despesas antecipadas	-	595	645	-	1.240
Estoques	-	1.361	1.164	-	2.525
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-
Outros Créditos	-	-	-	-	-
	<b>2.012</b>	<b>48.804</b>	<b>31.891</b>	<b>35.857</b>	<b>118.564</b>
Ativo não circulante					
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outros créditos	-	12.280	15.947	-	28.227
Investimentos	-	-	-	-	-
Investimentos em controladas e equiparadas	-	35.857	-	-	35.857
Imobilizado	98	100	681	-	879
Intangível	232	15	109	-	356
<b>Total do ativo</b>	<b>2.342</b>	<b>97.056</b>	<b>48.628</b>	<b>35.857</b>	<b>183.883</b>
<b>Passivo</b>					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	133.306	1.509	16.664	-	151.479
Fornecedores	516	3.091	2.449	-	6.056
Debêntures	-	130.761	-	-	130.761
Salários	27	1.735	931	-	2.693
Obrigações fiscais	3.477	8.026	10.416	-	21.919
Adiantamentos de clientes	-	730	858	-	1.588
Contas a pagar partes relacionadas	30.203	14.632	21.252	-	66.087
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-
Passivo descoberto	-	-	-	-	-
Mutuo	-	-	-	-	-
Passivos relacionados a atividade descontinuadas	-	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	-	-	-
	<b>167.529</b>	<b>160.484</b>	<b>52.570</b>	<b>-</b>	<b>380.583</b>
Passivo não circulante					
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-	-
Contas a pagar – partes relacionadas	-	10.662	-	-	10.662
Outras obrigações	-	406	-	-	406
Provisão sobre patrimônio líquido negativo de controladas	-	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>11.068</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.068</b>
Patrimônio líquido					
Capital social	179.687	163.753	219.245	-	562.685
Capital a integralizar	-	-	-	-	-
Reserva de capital	(266.430)	55.152	60.111	-	(151.167)
Lucros e prejuízos acumulados	(84.751)	(297.916)	(285.704)	(962)	(669.333)
Adiantamento para fut. aum. de capital	6.307	4.515	2.406	36.819	50.047
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(165.187)</b>	<b>(74.496)</b>	<b>(3.942)</b>	<b>35.857</b>	<b>(207.768)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.342</b>	<b>97.056</b>	<b>48.628</b>	<b>35.857</b>	<b>183.883</b>

**Notas Explicativas**

	30/09/2014				
Demonstração do resultado de operações descontinuadas	Maestra	Vessel	NTL	Maestra LLP	Combinado
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-
Custos operacionais					
Operação de cabotagem	-	-	-	-	-
Total dos custos operacionais	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional bruto	-	-	-	-	-
<b>Receitas(Despesas) operacionais</b>	<b>(121.884)</b>	<b>(33.263)</b>	<b>(2.553)</b>	<b>(48)</b>	<b>(157.748)</b>
Despesas gerais e administrativas	(920)	(1.185)	(930)	(48)	(3.083)
Remuneração dos Administradores	(382)	(315)	-	-	(697)
Despesas com Pessoal	(434)	(1.599)	(1.397)	-	(3.430)
Depreciação do imobilizado (despesa)	(17)	(20)	(200)	-	(237)
Amortização do intangível	(81)	(10)	(26)	-	(117)
Resultado de equivalência patrimonial	(120.050)	(30.134)	-	-	(150.184)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>95.924</b>	<b>(72.101)</b>	<b>(79.598)</b>	<b>(30.843)</b>	<b>(86.618)</b>
Outras receitas operacionais	-	(264)	333	-	69
Outras despesas operacionais	-	(32.473)	(42.958)	(617)	(76.048)
Outras receitas (despesas) não recorrentes	95.924	(39.364)	(36.973)	(30.226)	(10.639)
<b>Lucro (Prejuízo) operacional, antes do resultado financeiro</b>	<b>(25.960)</b>	<b>(105.364)</b>	<b>(82.151)</b>	<b>(30.891)</b>	<b>(244.366)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(16.818)</b>	<b>(20.817)</b>	<b>(5.949)</b>	<b>757</b>	<b>(42.827)</b>
Receitas financeiras	1	1.034	1.070	782	2.887
Despesas financeiras	(16.819)	(21.851)	(7.019)	(25)	(45.714)
Resultado antes do imposto de renda	(42.778)	(126.181)	(88.100)	(30.134)	(287.193)
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(42.778)</b>	<b>(126.181)</b>	<b>(88.100)</b>	<b>(30.134)</b>	<b>(287.193)</b>

## Notas Explicativas

### 11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Gastos com apólices de seguros (i)	-	88	12.503	1.408
Outros gastos	59	5	1.150	243
	<b>59</b>	<b>93</b>	<b>13.653</b>	<b>1.651</b>
Parcela do circulante	59	93	9.483	1.651
Parcela do não circulante	-	-	4.170	-

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

### 12. Investimentos

#### a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora					Investimentos permanentes em 30/09/14	Investimentos permanentes em 31/12/13
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras			
Econorte	97.540	100,0%	97.540	-	-	97.540	95.347
Rio Tibagi	16.630	100,0%	16.630	-	-	16.630	12.552
Concepa	107.635	100,0%	107.635	-	-	107.635	97.631
Rio Guaíba	5.498	100,0%	5.498	-	-	5.498	304
Concer	353.169	62,5%	220.730	-	-	220.730	230.366
Rio Bonito	19.060	62,5%	11.913	-	-	11.913	2.090
Concebra	266.994	100,0%	266.994	-	-	266.994	-
Convale	360	100,0%	360	-	-	360	360
Tucano	7.868	100,0%	7.868	-	-	7.868	7.859
Retirinho	1.795	100,0%	1.795	-	-	1.795	1.795
Guariroba	1.844	100,0%	1.844	-	-	1.844	1.844
Estrela	1.823	100,0%	1.823	-	-	1.823	1.822
Rio Dourado	-	100,0%	-	-	-	-	-
TPI-Log	719.662	100,0%	719.662	-	-	719.662	743.985
Moss	39.346	100,0%	39.346	-	-	39.346	-
Portonave (*)	796.351	33,33%	252.653	38.392	-	291.045	305.129
Trevally	1	100,0%	1	-	-	1	1
Portonaus	-	100,0%	-	-	-	-	39.337
Taboca	1.370	100,0%	1.370	-	-	1.370	1.370
Anddis	1	100,0%	1	-	-	1	1
Dable	1	100,0%	1	-	-	1	1
Jahy	-	0,0%	-	-	-	-	1
Santa Cruz	20.753	100,0%	20.753	-	-	20.753	20.598
Santip	1	0,0%	-	-	-	-	1
Tijóá	(109)	0,0%	-	-	-	-	1
ATTT (*)	131	64,0%	84	48	-	132	125
Aeropostos Brasil (*)	364.006	45,0%	163.803	20.820	-	184.623	96.651
TNE	72.889	100,0%	72.889	-	-	72.889	173.962
Rio Claro	7.773	100,0%	7.773	-	-	7.773	6.108
ACT	262	50,0%	131	13	-	144	-
Vulcano	27.620	50,0%	13.810	25	-	13.835	-
FIP-Constantinopla	4.752	100,0%	4.752	-	-	4.752	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>2.935.026</b>		<b>2.037.659</b>	<b>59.298</b>		<b>2.096.957</b>	<b>1.839.241</b>
Rio Parnaíba	(1.145)	100,0%	(1.145)	-	-	(1.145)	-
Rio Paraíba	(401)	100,0%	(401)	-	-	(401)	(400)
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(49)	-	(49)	(49)
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(1.546)</b>		<b>(1.546)</b>	<b>(49)</b>		<b>(1.595)</b>	<b>(449)</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>2.933.480</b>		<b>2.036.113</b>	<b>59.249</b>		<b>2.095.362</b>	<b>1.838.792</b>

(\*) As controladas apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

## Notas Explicativas

Investimento	Consolidado – 30/09/2014	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	184.623	(17.981)
Portonave	417.372	25.386
TPI-Log (**)	580.255	(2.147)
Vulcano	13.835	(25)
ACT	144	(582)
FIP-Constantinopla	4.752	34
<b>Total Investimentos em controladas</b>	<b>1.200.981</b>	<b>4.685</b>
Ecovale (*)	(49)	-
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(49)</b>	<b>-</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>1.200.932</b>	<b>4.685</b>

(\*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(\*\*) A partir de dezembro de 2012, os investimentos na Vetrica e na Portonave nos montantes de R\$580.255 e R\$ 417.372 respectivamente, passaram a ser reconhecidos como MEP e não mais consolidado conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/13	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ganho (Perda) no aumento de participação	Transferência	Outros	Investimentos permanentes em 30/09/14	Resultado de equivalência patrimonial 30/09/13
Econorte	95.347	-	13.990	(11.797)	-	-	-	97.540	24.970
Rio Tibagi	12.552	-	11.523	(7.445)	-	-	-	16.630	10.501
Concepa	97.631	-	28.843	(18.839)	-	-	-	107.635	20.771
Rio Guaíba	304	-	20.194	(15.000)	-	-	-	5.498	21.209
Concer	230.366	-	49.023	(58.659)	-	-	-	220.730	14.380
Rio Bonito	2.090	-	12.323	(2.500)	-	-	-	11.913	10.346
Convale	360	22	(22)	-	-	-	-	360	(27)
Concebra	-	262.428	4.566	-	-	-	-	266.994	(1)
Rio Parnaíba	1	4	(1.150)	-	-	-	-	(1.145)	-
Tucano	7.859	32	(23)	-	-	-	-	7.868	(108)
Retirinho	1.795	21	(21)	-	-	-	-	1.795	(1)
Guariroba	1.844	22	(22)	-	-	-	-	1.844	(21)
Estrela	1.822	22	(21)	-	-	-	-	1.823	(22)
TPI-Log	743.985	459	6.226	(15.504)	-	-	(15.504)	719.662	11.969
Portonave	305.129	-	16.924	(31.008)	-	-	-	291.045	15.834
Trevally	1	1	(1)	-	-	-	-	1	(6)
MaNave	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)
Portonaus	39.337	1.200	(360)	-	-	(40.177) (ii)	-	-	(149)
Rio Canoas (i)	-	-	145.738	-	-	(145.738)	-	-	1.163
Taboca	1.370	20	(20)	-	-	-	-	1.370	(23)
Anddis	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Dable	1	1	(1)	-	-	-	-	1	-
Santa Cruz	20.598	206	(51)	-	-	-	-	20.753	(672)
Santip	1	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Tijóá	1	50	34	-	-	-	(85)	-	(2)
ATTT	125	7	-	-	-	-	-	132	-
Aeroportos Brasil	96.651	105.953	(17.981)	-	-	-	-	184.623	(7.263)
Vessel-Log (i)	-	-	(41.730)	-	-	41.730	-	-	(25.458)
TNE	173.962	(100.740)	(333)	-	-	-	-	72.889	822
Rio Claro	6.108	-	1.665	-	-	-	-	7.773	7.057
Maestra (i)	-	-	(1.183)	-	-	1.183	-	-	(2.622)
NTL (i)	-	-	(33.772)	-	-	33.772	-	-	(25.716)
Rio Paraíba	(400)	-	(1)	-	-	-	-	(401)	-
Ecovale	(49)	-	-	-	-	-	-	(49)	-
Rio Verde (i)	-	-	10.074	-	-	(10.074)	-	-	11.722
Juno	-	15	(15)	-	-	-	-	-	(29)
Vulcano	-	13.860	(25)	-	-	-	-	13.835	(29)
ACT	-	726	(582)	-	-	-	-	144	(30)
Moss	-	3.943	(3.614)	-	-	40.177 (ii)	(1.160)	39.346	-
FIP-Constantinopla	-	4.752	-	-	-	-	-	4.752	-
<b>Total</b>	<b>1.838.792</b>	<b>293.004</b>	<b>220.195</b>	<b>(160.752)</b>	<b>-</b>	<b>(79.127)</b>	<b>(16.750)</b>	<b>2.095.362</b>	<b>88.527</b>

- (i) Em 30 de setembro de 2014 os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda e os investimentos Maestra, NTL e Vessel estão classificados como operações descontinuadas. Vide nota explicativa nº 10.
- (ii) Em 28 de fevereiro de 2014 ocorreu a incorporação da Portonaus S.A. - Terminais Portuários pela Moss Serviços Portuários Ltda. O investimento que a Companhia possuía na Portonaus foi transferido integralmente para a investida Moss a partir de fevereiro de 2014.

**Notas Explicativas****c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 30 de setembro de 2014**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>	<u>TPB</u>	<u>Vulcano</u>	<u>ACT</u>	<u>Aeroportos Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil – Viracopos</u>
Caixa e equivalente de caixa	64.125	319	1.360	8.679	277	-	868	298	1.194	31.707
Demais contas ativo circulante	62.939	6.525	1.869	14.572	25.812	-	26.603	23	24	133.065
Ativo não circulante	1.617.959	10.348	40.521	6.030.287	36.035	70.852	149	193	524.663	5.382.659
<b>Total do ativo</b>	<b>1.745.023</b>	<b>17.192</b>	<b>43.750</b>	<b>6.053.538</b>	<b>62.124</b>	<b>70.852</b>	<b>27.620</b>	<b>514</b>	<b>525.881</b>	<b>5.547.431</b>
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	961	-	5.747	12.863	-	-	-	248	47.621
Debêntures – circulante	35.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	68.182	20.234	4.724	7.741	29.309	-	-	252	25.181	262.723
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	147.832	5.800	-	-	-	136.405	1.421.536
Debêntures – não circulante	481.246	-	-	-	-	-	-	-	-	331.572
Demais contas - passivo não circulante	364.091	560	44	2.217.390	17.465	-	-	-	41	2.455.243
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>796.351</b>	<b>(4.563)</b>	<b>38.982</b>	<b>3.674.828</b>	<b>(3.313)</b>	<b>70.852</b>	<b>27.620</b>	<b>262</b>	<b>364.006</b>	<b>1.028.736</b>
<b>Total do passivo e PL</b>	<b>1.745.023</b>	<b>17.192</b>	<b>43.750</b>	<b>6.053.538</b>	<b>62.124</b>	<b>70.852</b>	<b>27.620</b>	<b>514</b>	<b>525.881</b>	<b>5.547.431</b>
Receita operacional líquida	241.378	23.367	57.416	-	61.993	-	-	-	-	1.021.882
Custo dos serviços prestados	(64.578)	(24.302)	(8.958)	-	(24.950)	-	-	-	-	(854.649)
Depreciação	(75.033)	(3)	-	-	(844)	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.342)
<b>Lucro bruto</b>	<b>101.767</b>	<b>(938)</b>	<b>48.458</b>	<b>-</b>	<b>36.199</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>142.891</b>
Despesas operacionais líquidas	(45.092)	(1.293)	(3.638)	(9.105)	(36.365)	-	(32)	(857)	(1.933)	(40.432)
Depreciação	(9.976)	-	-	(64)	-	-	-	(6)	-	(196)
Amortização	-	-	-	(7)	-	-	-	-	-	(99)
Resultado de equivalência patrimonial	36.577	-	-	(2.496)	-	-	-	-	(26.050)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	294	224	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>83.276</b>	<b>(1.937)</b>	<b>45.044</b>	<b>(11.672)</b>	<b>(166)</b>	<b>-</b>	<b>(32)</b>	<b>(863)</b>	<b>(27.983)</b>	<b>102.164</b>
Receitas financeiras	3.113	533	5	12.760	78	-	-	5	206	9.851
Despesas financeiras	(33.102)	(523)	(56)	(14.684)	(2.364)	-	(9)	(31)	(12.024)	(189.301)
Variação cambial, líquida	710	122	-	-	-	-	-	-	-	(17)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(29.279)</b>	<b>132</b>	<b>(51)</b>	<b>(1.924)</b>	<b>(2.286)</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>	<b>(26)</b>	<b>(11.818)</b>	<b>(179.467)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>53.997</b>	<b>(1.805)</b>	<b>44.993</b>	<b>(13.596)</b>	<b>(2.452)</b>	<b>-</b>	<b>(41)</b>	<b>(889)</b>	<b>(39.801)</b>	<b>(77.303)</b>
<b>IR/CSLL</b>										
Correntes	(20.148)	-	(6.611)	-	-	-	-	-	(156)	-
Diferidos	16.924	-	-	-	-	-	-	-	-	26.263
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>50.773</b>	<b>(1.805)</b>	<b>38.382</b>	<b>(13.596)</b>	<b>(2.452)</b>	<b>-</b>	<b>(41)</b>	<b>(889)</b>	<b>(39.957)</b>	<b>(51.040)</b>

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

## Notas Explicativas

## 13. Imobilizado

Custo	Consolidado								Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Outros	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	35.838	11.961	4.634	1.169	1.730	12.607	6.293	153	74.385
Construções / Aquisições	-	91	444	61	124	1.432	14.038	-	16.190
Baixas	-	-	(67)	(4)	(60)	(1.529)	(276)	-	(1.936)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>35.838</b>	<b>12.052</b>	<b>5.011</b>	<b>1.226</b>	<b>1.794</b>	<b>12.510</b>	<b>20.055</b>	<b>153</b>	<b>88.639</b>
<b>Depreciação</b>									
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	-	(2.724)	(1.821)	(640)	(1.204)	-	(4.167)	(56)	(10.612)
Depreciação	-	(348)	(478)	(93)	(156)	-	(1.146)	(11)	(2.232)
Baixas	-	-	4	2	59	-	136	-	201
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>-</b>	<b>(3.072)</b>	<b>(2.295)</b>	<b>(731)</b>	<b>(1.301)</b>	<b>-</b>	<b>(5.177)</b>	<b>(67)</b>	<b>(12.643)</b>
<b>Valor residual líquido</b>									
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	35.838	9.237	2.813	529	526	12.607	2.126	97	63.773
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	35.838	8.980	2.716	495	493	12.510	14.878	86	75.996
<b>Taxas de depreciação</b>	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	10%	

(i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

## Notas Explicativas

## 14. Intangível

Custo	Controladora							Total Controladora
	Ágio na aquisição da				Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares		
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)				
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	41.476	114	267	4.028	78.448	51.318	770	176.421
Adições	-	-	-	-	-	24.898	110	25.008
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	(21.394)	-	(21.394)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>41.476</b>	<b>114</b>	<b>267</b>	<b>4.028</b>	<b>78.448</b>	<b>54.822</b>	<b>880</b>	<b>180.035</b>
<b>Amortização</b>								
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	(22.928)	-	(134)	-	-	(87)	(389)	(23.538)
Amortização	(1.766)	-	(28)	-	-	(156)	(106)	(2.056)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>(24.694)</b>	<b>-</b>	<b>(162)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(243)</b>	<b>(495)</b>	<b>(25.594)</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	18.548	114	133	4.028	78.448	51.231	381	152.883
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	16.782	114	105	4.028	78.448	54.579	385	154.441
<b>Taxa de amortização</b>	0,63%	-	0,95%	-	-	-	20%	

Custo	Consolidado			
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Outros Intangíveis (vi)	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	176.421	2.395.364	42.021	2.613.806
Adições	25.008	540.950	1.968	567.926
Baixas	-	(507)	308	(199)
Transferência	(21.394)	21.394	(4)	(4)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>180.035</b>	<b>2.957.201</b>	<b>44.293</b>	<b>3.181.529</b>
<b>Amortização</b>				
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	(23.538)	(1.094.806)	(4.723)	(1.123.067)
Amortização	(2.056)	(107.407)	(23)	(109.486)
Amortização – mais valia	-	(41.379)	-	(41.379)
Baixas	-	981	-	981
Transferência	-	-	3	3
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>(25.594)</b>	<b>(1.242.611)</b>	<b>(4.743)</b>	<b>(1.272.948)</b>
<b>Valor residual líquido</b>				
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	152.883	1.300.558	37.298	1.490.739
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	154.441	1.714.590	39.550	1.908.581
<b>Taxa de amortização</b>	-	4 a 5%(*)	-	

(\*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

## Notas Explicativas

- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com a controlada Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2014 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

### 15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concer e Concebra registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/14</b>	<b>31/12/13</b>
Econorte	<b>29.304</b>	33.363
Concer	<b>598</b>	598
Concebra	<b>49.468</b>	-
	<b>79.370</b>	33.961
Parcela do circulante	<b>15.240</b>	12.731
Parcela do não circulante	<b>64.130</b>	21.230

## Notas Explicativas

## 16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/09/14	31/12/13
<b>Triunfo (controladora):</b>				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	14.891	18.313
Conta garantida – Santander	Não há	126,5% do CDI	35.540	34.200
Conta garantida – Banco do Brasil	Não há	CDI + 2,3798% a.a.	22.474	30.000
Conta garantida – Banco Safra	Não há	CDI + 3,307184% a.a.	10.000	-
<b>Concepa:</b>				
Conta garantida – Banco Santander	Não há	121,5% do CDI	60.337	34.845
<b>Concer:</b>				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	5.638	6.905
FINAME – Banco Santander- imobilizado	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	-	558
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Nota promissória e alienação fiduciária	16,7652% a.a.	147	1.324
FINAME – Banco Guanabara	Nota promissória e alienação fiduciária	4,0% a.a.	2.914	-
Conta garantida – Banco Santander	Não há	118,0% do CDI	50.103	25.044
Conta garantida – Banco Itaú	Aval da Companhia (Triunfo)	118,5% do CDI	25.000	10.000
Capital de giro – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,465% a.a.	5.000	-
FINAME - Banco Mercedes Bens	Alienação fiduciária	4,5 % a.a.	4.225	-
CCB - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,0% a.a.	28.500	-
FINAME – Banco Guanabara	Notas promissórias	19,56% a.a.	5.058	-
FINAME – Banco ABC do Brasil	Notas promissórias	6,0% a.a.	1.044	-
Conta garantida – Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 3,4% a.a.	60.335	-
<b>Econorte:</b>				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	113.785	58.300
<b>Rio Guaíba:</b>				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	27	44
<b>Rio Tibagi:</b>				
Banco do Brasil – conta garantida	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,416% a.a.	504	-
<b>Rio Parnaíba:</b>				
Banco Safra - Arrendamento Mercantil	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	1.424	-
FINAME - BNDES	Alienação fiduciária	6,0% a.a.	8.992	-
<b>Concebra:</b>				
BNDES	Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	297.246	-
<b>Rio Bonito:</b>				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	122	152
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	108	217
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Santander	Alienação fiduciária	De 5,5% a 11,7% a.a.	401	541
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	5	37
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	84	113
			753.904	220.593
Parcela do circulante			427.520	199.804
Parcela do não circulante			326.384	20.789

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2014 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	1.114	3.764
2016	4.451	308.742
2017	4.451	9.536
Após 2017	371	4.342
	10.387	326.384

## Notas Explicativas

### 17. Notas Promissórias

Em 21 de janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476.

Foram emitidas 260 (duzentas e sessenta) Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 260,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. O valor nominal unitário das Notas Promissórias Comerciais não será atualizado e as Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,80% a.a..

Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a integralização do capital social obrigatório da CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., empresa criada para administrar e operar a concessão das BRs 060, 153 e 262.

As notas promissórias da segunda emissão foram integralmente amortizadas em 21 de julho de 2014.

Em 18 de julho de 2014 a Companhia realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais para o pagamento de parte das notas promissórias da 2ª emissão.

Foram emitidas 160 (cento e sessenta) Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 160,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. As Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% a.a..

O saldo devedor em 30 de setembro de 2014 é de R\$162.604. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$1.740 em 30 de setembro de 2014.

## Notas Explicativas

### 18. Debêntures

	Consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Triunfo (controladora)	758.649	706.177
Concepa	98.432	136.874
Econorte	88.910	91.603
Concer	202.902	195.671
	<b>1.148.893</b>	<b>1.130.325</b>
Parcela do circulante	161.753	68.798
Parcela do não circulante	987.140	1.061.527

#### a) Triunfo

##### *3ª Emissão*

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$213.773 e R\$211.308, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 9,11%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.935 e R\$3.539 em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

##### *4ª Emissão*

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são R\$544.875 e R\$494.869 respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

## Notas Explicativas

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 8,5% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$14.397 e R\$14.294 em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

### b) Concepa

#### *5ª Emissão*

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$98.432 e R\$136.874, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.867 e R\$2.598 em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 respectivamente.

### c) Econorte

#### *2ª Emissão*

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$88.910 e R\$91.603, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$844 e R\$1.089 em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

## Notas Explicativas

### d) Concer

#### *1ª Emissão*

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$202.902 e R\$195.671, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$4.479 e R\$5.327 em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, do penhor de 100% das ações representativas do capital social da controlada Concer e da alienação fiduciária de 100% das quotas representativas o capital social da controlada Rio Bonito, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a controlada Econorte constitui uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2014, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	<b>26.911</b>	<b>45.938</b>
2016	<b>319.732</b>	<b>473.041</b>
2017	<b>270.761</b>	<b>350.163</b>
2018	<b>52.825</b>	<b>117.998</b>
	<b>670.229</b>	<b>987.140</b>

**Notas Explicativas**

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

<b>Emissora</b>	<b>Série</b>	<b>Data</b>	<b>Valor Nominal</b>	<b>Custos de transação</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>TIR</b>
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,57%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(4.123)	76.537	CDI+2,20%	CDI+3,48%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(20.028)	371.812	IPCA+8,5%	IPCA+9,64%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 5,90%	IPCA + 6,53%
			<b>1.132.500</b>	<b>(40.910)</b>	<b>1.091.590</b>		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

<b>Emissora</b>	<b>Custos de transação</b>	<b>Saldo amortizado</b>	<b>Saldo a amortizar</b>
Triunfo	(4.950)	360	(4.590)
Triunfo	(4.123)	1.473	(2.650)
Triunfo	(20.028)	7.154	(12.874)
Concepa	(4.320)	1.722	(2.598)
Econorte	(1.800)	956	(844)
Concer	(5.689)	1.210	(4.479)
		<b>12.875</b>	<b>(28.035)</b>

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2014	1.663	3.885
2015	4.484	7.002
2016	4.484	6.360
2017	4.484	5.759
2018	5.029	5.029
		<b>28.035</b>

**Notas Explicativas****19. Impostos, taxas e contribuições**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/14</b>	<b>31/12/13</b>	<b>30/09/14</b>	<b>31/12/13</b>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	<b>2.273</b>	3.063
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	<b>5.903</b>	9.199
Imposto de Renda Retido na Fonte	<b>53</b>	30	<b>505</b>	539
Cofins	<b>85</b>	25	<b>2.138</b>	2.332
PIS	<b>18</b>	6	<b>1.084</b>	1.234
INSS	<b>2</b>	-	<b>254</b>	161
Imposto Sobre Serviços	-	-	<b>5.082</b>	4.723
Imposto sobre Operações Financeiras	-	317	-	261
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	<b>75</b>	62	<b>838</b>	563
ICMS	-	-	-	-
Outros impostos e contribuições	<b>1</b>	-	<b>244</b>	269
	<b>234</b>	440	<b>18.321</b>	22.344
Parcela do circulante	<b>234</b>	440	<b>17.386</b>	20.501
Parcela do não circulante	-	-	<b>935</b>	1.843

**20. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	<b>30/09/14</b>	<b>31/12/13</b>
Triunfo	<b>525.834</b>	409.443
	<b>525.834</b>	409.443

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/14</b>	<b>31/12/13</b>
Reserva de reavaliação	<b>101.981</b>	119.944
Receita de construção – Aditivo	<b>37.911</b>	54.366
Estorno de amortizações – ICPC 01	<b>60.569</b>	-
	<b>200.461</b>	174.310

## Notas Explicativas

### 21. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Aquisição de direito de exploração de superfície	3.250	3.250	3.250	3.250
Aquisição de investimento na Moss	-	-	-	1.000
	<b>3.250</b>	<b>3.250</b>	<b>3.250</b>	<b>4.250</b>
Parcela do circulante	-	-	-	1.000
Parcela do não circulante	<b>3.250</b>	<b>3.250</b>	<b>3.250</b>	<b>3.250</b>

#### a) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

### 22. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

## Notas Explicativas

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Receita recebida antecipadamente	9.994	12.583
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.381)	(1.713)
	<b>8.613</b>	<b>10.870</b>

### 23. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base na opinião de seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			30/09/14
	31/12/13	Complemento	Pagamentos	
Processos cíveis	1.306	103	(473)	936
Processos trabalhistas	2.417	29	(560)	1.886
Total provisão	<b>3.723</b>	132	(1.033)	<b>2.822</b>

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$12.297 e R\$20.785 em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, não houve outras alterações relevantes nos litígios divulgados pela Companhia nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

## Notas Explicativas

### 24. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 30 de setembro de 2014, já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 destas ações.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

Em 23 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$330.000, homologado através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013, passando a ser representado por 176.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$842.979.

#### b) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

## Notas Explicativas

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

### c) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

### d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	111.115	172
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	176.000.000	176.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	<u>(1.885.318)</u>	<u>(1.665.799)</u>
Resultado por ação – básico	<b>0,63134</b>	0,00098
Resultado por ação - diluído	<b>0,63092</b>	0,00098

Conforme nota explicativa nº 26, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

### e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação

## Notas Explicativas

reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	<u>30/09/14</u>	<u>30/09/13</u>
Lucro líquido	111.115	172
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	16.682	19.535
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<u>26.389</u>	<u>23.288</u>
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	154.186	42.995
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(5.556)	(9)
Saldo à disposição dos acionistas	<u>148.630</u>	<u>42.986</u>

### f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## 25. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u> <u>Reapresentado</u>
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	507.341	469.348
Operação de carga própria – porto	2.687	6.883
Operação de energia	10.019	19.683
Construção de ativos das concessões de rodovia	694.316	122.734
Operação de cabotagem	-	-
Outros	5.529	8.556
	<u>1.219.892</u>	<u>627.204</u>
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(52.693)	(53.465)
	<u>1.167.199</u>	<u>573.739</u>

## 26. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

## Notas Explicativas

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	30/09/14		31/12/13	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	-	-
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Ações exercíveis	2.000.000	2.000.000
Prazo de vida útil (anos)	4	4
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

## Notas Explicativas

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$ 4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas no período findo em 30 de setembro de 2013 é de R\$688, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$597 em 30 de setembro de 2013 e despesa com pessoal no montante de R\$91 em 30 de setembro de 2013. As despesas referentes à remuneração baseada em ações foram totalmente reconhecidas até 31 de dezembro de 2013 não restando saldos a serem reconhecidos em 30 de setembro de 2014.

## 27. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura					Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	
Econorte	3.000	70.849	3.000	-	100.183	<b>177.032</b>
Concer	14.922	-	-	-	13.986	<b>28.908</b>
Concepa	12.800	24.805	7.748	-	21.583	<b>66.936</b>
Rio Verde	10.000	375.371	-	-	-	<b>385.371</b>
Rio Canoas	20.000	967.131	1.910.816	-	8.991	<b>2.906.938</b>
Portonave	-	-	-	10.000	-	<b>10.000</b>
Aeropostos Brasil – Viracopos	40.000	513.653	3.080.000	-	804.890	<b>4.438.543</b>
TPI	-	-	-	40.000	745.000	<b>785.000</b>
<b>Total R\$</b>	<b>100.722</b>	<b>1.951.809</b>	<b>5.001.564</b>	<b>50.000</b>	<b>1.694.633</b>	<b>8.798.728</b>
Maestra/ NTL/ Vessel	-	62.350	-	-	-	<b>62.350</b>
Portonave	-	166.302	-	-	-	<b>166.302</b>
Aeropostos Brasil – Viracopos	500.000	-	-	-	-	<b>500.000</b>
<b>Total US\$</b>	<b>500.000</b>	<b>228.652</b>	-	-	-	<b>728.652</b>

- (i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

## Notas Explicativas

### 28. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2014 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$13.924.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 30 de setembro de 2014 e 30 de setembro de 2013 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 30 de setembro de 2014 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$7.292 (R\$7.736 em 30 de setembro de 2013) na controladora e de R\$15.201 (R\$13.253 em 30 de setembro de 2013 Reapresentado) no consolidado respectivamente.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	30/09/14	30/09/2013
<b>Remuneração fixa anual</b>		
Salário ou pró labore	<b>4.084</b>	3.222
Benefícios diretos e indiretos	<b>213</b>	202
Participações nos resultados	<b>2.995</b>	3.715
Plano de opções de compra de ações	-	597
	<b>7.292</b>	7.736

### 29. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de setembro de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	30/09/2014				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	111.115	180.932	59.620	(221.253)	<b>130.414</b>
IRPJ e CSLL correntes	-	(27.818)	(6.521)	-	<b>(34.339)</b>
IRPJ e CSLL diferidos	-	(27.280)	-	-	<b>(27.280)</b>
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	(55.098)	(6.521)	-	<b>(61.619)</b>
Alíquota efetiva	0%	30%	11%		47%

**Notas Explicativas**

	30/09/2013				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	172	94.513	62.349	(68.078)	<b>94.956</b>
IRPJ e CSLL correntes	-	(37.581)	(6.206)	-	<b>(43.787)</b>
IRPJ e CSLL diferidos	-	11.817	-	-	<b>11.817</b>
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	(25.764)	(6.206)	-	<b>(31.970)</b>
Alíquota efetiva	0%	27%	10%		34%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

## Notas Explicativas

### 30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/2013 Reapresentado
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	2.103	3.789	14.921	4.648
Juros recebidos	692	-	707	-
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	2.891	8.099	2.891	8.099
Outros juros e descontos obtidos	586	528	654	872
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(83.583)	(71.240)	(122.764)	(92.581)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(31.475)	(2.637)	(50.951)	(13.338)
Outros juros, multas e atualizações	(4.644)	(4.142)	(14.208)	(8.631)
Impostos sobre operações financeiras	(1.417)	(541)	(1.417)	(1.629)
Resultado financeiro	<b>(114.847)</b>	(66.144)	<b>(170.167)</b>	(102.560)

### 31. Instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

## Notas Explicativas

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	252.020	50.668	252.020	50.668
Aplicações financeiras vinculadas	74	74	74	74
Contas a receber, líquidas	340.096	59.237	340.096	59.237
Impostos a recuperar	22.456	14.769	22.456	14.769
Depósitos judiciais	3.048	2.857	3.048	2.857
<b>Total</b>	<b>617.694</b>	<b>127.605</b>	<b>617.694</b>	<b>127.605</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	753.904	220.593	753.904	220.593
Debêntures e prêmio de não conversão	1.148.893	1.130.325	1.148.893	1.130.325
Notas Promissórias	162.604	-	162.604	-
Fornecedores	37.226	27.946	37.226	27.946
Salários, provisões e contribuições sociais	16.222	10.011	16.222	10.011
Dividendos	36.081	109	36.081	109
Impostos a pagar	18.321	22.344	18.321	22.344
Arrendamento mercantil	838	34	838	34
Contratos de aquisição de ativos	3.250	4.250	3.250	4.250
<b>Total</b>	<b>2.177.339</b>	<b>1.415.612</b>	<b>2.177.339</b>	<b>1.415.612</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

### b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2013, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI

## Notas Explicativas

para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,06% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

### Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	12,00%	9,00%	6,00%
Triunfo (Controladora)	CDI	-	-	-
Econorte	CDI	9	7	4
Concebra	CDI	27.585	20.688	13.792
Concer	CDI	765	574	383
R\$236.322 (**)		28.359	21.269	14.179

(\*) Fonte BACEN

(\*\*) Saldos em 30 de setembro de 2014 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2014, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA vigentes em 30 de setembro de 2014, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2014 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de setembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

### Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI	CDI	-	-	-
R\$0 (**)		-	-	-
3ª Emissão Notas Promissórias	CDI	19.512	24.391	29.269
R\$162.604 (**)		19.512	24.391	29.269
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	13.639	17.048	20.458
4ª Emissão de Debêntures	CDI	65.385	81.731	98.078
R\$758.649 (**)		79.024	98.779	118.536
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,00%	15,00%	18,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,38%	7,98%	9,57%

(\*) Fonte BACEN

(\*\*) Saldos em 30 de setembro de 2014

**Notas Explicativas***Triunfo (Consolidado)*

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável I (*)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Arrendamento mercantil - Controladora	CDI	-	-	-
Conta garantida – Concepa	CDI	7.240	9.051	10.861
Conta garantida - Econorte	CDI	13.654	17.068	20.481
Finame – Rio Bonito	TJLP	5	7	8
Concebra	TJLP	18.964	23.705	28.446
Rio Tibagi	CDI	60	76	91
Conta garantida – Triunfo	CDI	8.162	10.202	12.243
Notas promissórias – Triunfo	CDI	19.512	24.391	29.269
Banco ABC do Brasil	CDI	7.365	9.207	11.048
Conta Garantida – Banco ABN Real	CDI	6.012	7.515	9.019
Banco Panamericano	CDI	1.568	1.959	2.351
Conta Garantida – Banco Itaú	CDI	3.000	3.750	4.500
Capital de Giro - Santander	CDI	600	750	900
<b>R\$872.580 (**)</b>		<b>86.142</b>	<b>107.681</b>	<b>129.217</b>
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	13.639	17.048	20.458
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	65.385	81.731	98.078
Debêntures – Econorte	CDI	10.669	13.337	16.004
Debêntures – Concepa	CDI	11.812	14.765	17.718
Debêntures – Concer	CDI	24.348	30.435	36.522
<b>R\$1.148.893 (**)</b>		<b>125.853</b>	<b>157.316</b>	<b>188.780</b>
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	12,00%	15,00%	18,00%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	5,50%	6,88%	8,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	6,38%	7,98%	9,57%

(\*) Fonte BACEN

(\*\*) Saldos em 30 de setembro de 2014

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

## Notas Explicativas

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

No segmento de energia, as vendas são garantidas e asseguradas pelo poder concedente.

### c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

### d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No segmento de energia, eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos de venda terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE) após a alocação ao MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

### e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

## Notas Explicativas

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

### g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	82.905	82.513	753.904	220.593
Debêntures (Nota 18)	758.649	706.177	1.148.893	1.130.325
Notas promissórias (Nota 17)	162.604	-	162.604	-
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(2.163)	(36.108)	(252.020)	(50.668)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	-	(74)	(74)
Dívida líquida	1.001.995	752.582	1.813.307	1.300.176
Patrimônio líquido	1.774.230	1.961.844	1.913.817	2.101.335
Total do capital	2.776.225	2.714.426	3.727.124	3.401.511
Índice de alavancagem financeira - %	36,09	27,73	48,65	38,22

## 32. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

## Notas Explicativas

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Concebra, Rio Parnaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: TPI-Log, Moss, Trevally, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Energia: As controladas Rio Claro, TNE e FIP Constantinopla incluindo as controladas Rio Verde e Rio Canoas, as quais encontram-se destinadas a venda conforme nota explicativa nº 10;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Santip, Tijoá, FIP Constantinopla, Rio Dourado, ACT, Vulcano, Venus, Netuno, Mercurio, Minerva, Juno e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/09/2014							Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	1.155.614	2.239	-	262.660	-	-	(253.314)	1.167.199
Custos dos serviços prestados	(811.960)	(726)	-	(259.180)	-	-	253.314	(818.552)
Lucro bruto	343.654	1.513	-	3.480	-	-	-	348.647
Receitas (Despesas) operacionais	(51.681)	281	(1)	(1.047)	(123)	225.962	(221.457)	(48.066)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	291.973	1.794	(1)	2.433	(123)	225.962	(221.457)	300.581
Resultado financeiro	(55.337)	41	-	(24)	-	(114.847)	-	(170.167)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	236.636	1.835	(1)	2.409	(123)	111.115	(221.457)	130.414
Imposto de renda e contribuição social	(60.542)	-	-	(1.077)	-	-	-	(61.619)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	176.094	1.835	(1)	1.332	(123)	111.115	(221.457)	68.795
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	79.127	79.127
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	176.094	1.835	(1)	1.332	(123)	111.115	(142.330)	147.922
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(36.807)	(36.807)
Lucro (prejuízo) líquido do período	176.094	1.835	(1)	1.332	(123)	111.115	(179.137)	111.115
Ativos totais por segmento	2.407.962	780.027	1	93.087	14.837	3.081.597	(674.207)	5.703.300
Passivos totais por segmento	1.528.035	266	-	12.425	-	1.307.367	(343.825)	2.504.268

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

## Notas Explicativas

	30/09/2013 (Reapresentado)							Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	550.537	5.939	-	26.263	-	-	(9.000)	573.739
Custos dos serviços prestados	(334.717)	(5.182)	-	(16.003)	-	-	16.003	(339.899)
Lucro bruto	215.820	757	-	10.260	-	-	7.003	233.840
Receitas (Despesas) operacionais	(31.814)	10.360	(6)	(1.021)	(266)	66.316	(79.893)	(36.324)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	184.006	11.117	(6)	9.239	(266)	66.316	(72.890)	197.516
Resultado financeiro	(36.436)	(6)	-	26	-	(66.144)	-	(102.560)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	147.570	11.111	(6)	9.265	(266)	172	(72.890)	94.956
Imposto de renda e contribuição social	(30.584)	-	-	(1.386)	-	-	-	(31.970)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	116.986	11.111	(6)	7.879	(266)	172	(72.890)	62.986
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(47.977)	(47.977)
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	116.986	11.111	(6)	7.879	(266)	172	(120.867)	15.009
Participação de acionistas não controladores	-	(1)	-	-	-	-	(14.836)	(14.837)
Lucro (prejuízo) líquido do período	116.986	11.110	(6)	7.879	(266)	172	(135.703)	172
Ativos totais por segmento	1.371.682	808.038	1	181.479	14.789	2.890.378	(645.576)	4.620.791
Passivos totais por segmento	760.621	20.563	-	11.937	210	781.075	(59.872)	1.514.534

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, ACT, Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos, Vulcano, Tijoá e FIP Constantinopla não foram consolidadas pela companhia.

### 33. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

#### a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	235.317
2015 a 2021	44.955
	<b>280.272</b>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

## Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/09/14</u>	<u>30/09/13</u>
Receita de construção	260.801	63.145
Custo de construção	(260.801)	(63.145)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

### b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	12.265
2015	174
2016	174
2017	87
	<u>12.700</u>

Até 30 de setembro de 2014, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 30 de setembro de 2014 são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	142
2015	478
2016	510
2017	317
	<u>1.447</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de

## Notas Explicativas

recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/09/14</u>	<u>30/09/13</u>
Receita de construção	57.608	25.445
Custo de construção	(57.608)	(25.445)
	<u>-</u>	<u>-</u>

### c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 30 de setembro de 2014, estão previstos investimentos no montante de R\$439.254.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	34.688
2015	16.662
2016	19.478
2017	31.366
Após 2018	337.060
	<u>439.254</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/09/14</u>	<u>30/09/13</u>
Receita de construção	74.936	34.144
Custo de construção	(74.936)	(34.144)
	<u>-</u>	<u>-</u>

## Notas Explicativas

### d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

### e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão.

### f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público ("UBP"). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O Ofício GBP nº 3700, de 27 de outubro de 2011, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011.

### g) Concebra

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	587.296
2015	561.434
2016	686.922
2017	1.035.926
2018	1.269.404
2019 até 2044	4.671.906
	<u>8.812.888</u>

## Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>30/09/14</b>
Receita de construção	180.634
Custo de construção	(180.634)
	<u>-</u>

### 34. Arrendamento mercantil

A controlada Concebra contratou arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de veículos para operação na concessão. A Companhia possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 30 de setembro de 2014, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	30/09/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	-	-	333	310
Após um ano, mas menos de 5 anos	-	-	505	413
	-	-	<b>838</b>	<b>723</b>

### 35. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 30 de setembro de 2014 totalizaram R\$801 (R\$2.604 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$1.226 (R\$2.961 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de setembro de 2014 é de 771 participantes.

## Notas Explicativas

### 36. Eventos subsequentes

#### a) UHE Três Irmãos recebe licença de operação

Em 15 de outubro de 2014, a controlada em conjunto Tijoá Participações e Investimentos S.A. ("Tijoá") recebeu da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) a licença ambiental de operação retificadora da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos. A licença permite que a partir de 10 de outubro de 2014 a Tijoá passe a ser a responsável pela operação da usina.

#### b) Aprovação da compra da Transbrasiliiana - CADE

Em 17 de outubro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou sem restrições a aquisição da Transbrasiliiana Concessionária de Rodovias S.A. pela Companhia. Para a conclusão da aquisição são necessárias ainda a obtenção da anuência do poder concedente e dos credores detentores de garantias prestadas, direta ou indiretamente, em favor da TBR ou Transbrasiliiana.

\*\*\*

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:					Posição em 30 de setembro de 2014 (Em Mil Ações)	
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	25.966	14,75	-	-	25.966	14,75
João Villar Garcia	67	0,04	-	-	67	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.375	0,78	-	-	1.375	0,78
Miguel Ferreira Aguiar	1.430	0,81	-	-	1.430	0,81
Wilson Piovezan	1.050	0,60	-	-	1.050	0,60
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Sandro Antônio de Lima	13	0,01	-	-	13	0,01
Paula Paulozzi Villar	17	0,01	-	-	17	0,01
Vinci Partners	10.352	5,88	-	-	10.352	5,88
QVT Financial LP (i)	10.307	5,86	-	-	10.307	5,86
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	27.073	15,38	-	-	27.073	15,38
<b>Total</b>	<b>176.000</b>	<b>100,0</b>	-	-	<b>176.000</b>	<b>100,0</b>

(i) Companhia domiciliada no exterior.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b>						
<b>Denominação:</b>					<b>Posição em 30 de setembro de 2014 (Em Mil Ações ou Cotas)</b>	
<b>THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>						
<b>Acionista / Cotista</b>	<b>Ações Ords. / Cotas</b>		<b>Ações Prefs. / Cotas</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
<b>Total</b>	<b>143.218</b>	<b>100</b>	-	-	<b>143.218</b>	<b>100</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 30 de setembro de 2014</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
<b>BNDES Participações S.A.</b>	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
<b>Controladores e Administradores</b>						
<b>Controladores</b>						
João Villar Garcia	66.800	0,04	-	-	66.800	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.374.600	0,78	-	-	1.374.600	0,78
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	222	0,00	-	-	222	0,00
Diretoria	630.259	0,36	-	-	630.259	0,36
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em circulação</b>	47.732.115	27,12	-	-	47.732.115	27,12
<b>Total</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 30 de setembro de 2013</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	90.008.795	51,14	-	-	90.008.795	51,14
<b>BNDES Participações S.A.</b>	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
<b>Controladores e Administradores</b>						
<b>Controladores</b>						
João Villar Garcia	150.000	0,08	-	-	150.000	0,08
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.374.600	0,78	-	-	1.374.600	0,78
Miguel Ferreira Aguiar	1.550.000	0,88	-	-	1.550.000	0,88
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	241.000	0,14	-	-	241.000	0,14
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	222	0,00	-	-	222	0,00
Diretoria	630.259	0,36	-	-	630.259	0,36
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em circulação</b>	55.029.120	31,27	-	-	55.029.120	31,27
<b>Total</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.000.000</b>	<b>100</b>

**3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA**

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Triunfo Participações e Investimentos S.A.  
São Paulo – SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Triunfo Participações e Investimentos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

#### Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.a) iii. e nº 10, a Companhia continua em fase de negociação para alienação de suas controladas Rio Verde Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A. Os saldos referentes a esses investimentos estão registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas nas rubricas de “Participações a comercializar” e “Ativos e passivos de operações descontinuadas”, respectivamente. Ainda conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia, no exercício de 2013, descontinuou as atividades operacionais do segmento de cabotagem de suas controladas NTL Navegação e Logística S.A., Maestra Navegação e Logística S.A. e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. Os ativos e passivos destas controladas estão registrados nas rubricas “ativos e passivos de operações descontinuadas” no balanço patrimonial consolidado e os resultados na rubrica “operações descontinuadas” na demonstração do resultado consolidado. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1, em decorrência da mudança de política contábil pela adoção do CPC 31/ IFRS 5 “Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada”, as informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro” e CPC 26(R1) “Apresentação das demonstrações contábeis”. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR), individuais e consolidadas, mencionadas no primeiro parágrafo incluem as informações financeiras: (a) correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2013, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, com as reclassificações decorrentes da mudança de prática contábil descrita no parágrafo “Reapresentação dos valores correspondentes” acima e detalhadas na Nota Explicativa nº 3.1, as quais revisamos e julgamos apropriadas e (b) do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, obtidas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de setembro de 2013 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 07 de novembro de 2013 e 20 de março de 2014. Os referidos relatórios apresentavam ênfase sobre participações a comercializar e operações descontinuadas, similar a deste relatório.

São Paulo, 06 de novembro de 2014.

Clóvis Ailton Madeira

Contador CRC 1SP-106.895/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 06 de novembro de 2014 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2014.

São Paulo, 06 de novembro de 2014.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 06 de novembro de 2014 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2014.

São Paulo, 06 de novembro de 2014.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores